

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

ACTA N.º 22/2013

Aos quinze dias do mês de Novembro do ano dois mil e treze, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, Maria Antonieta Mendes Lourenço e Renato Alves dos Santos, em substituição do Vereador Elísio Costa Santos Summavielle. Assistiu à reunião Paulo António Pardal Dias Jorge, Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1.** Acta; **2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO: 2.1.** Taxa de Derrama a cobrar em 2014; **2.2.** Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxas a cobrar em 2014; **2.3.** Fixação de participação variável no IRS a cobrar em 2014; **2.4.** Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2014; **2.5.** Alienação do Património Imóvel Municipal; **2.6.** Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento Bar: La Luna, na Ericeira; **2.7.** Arrematação em hasta pública do direito de ocupação de duas lojas no Mercado Municipal de Mafra; **2.8.** Doação de terreno – Encarnação; **2.9.** Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, para o Edifício dos Paços do Município, Parque Desportivo Municipal, Eng.º Ministro dos Santos, em Mafra, Parque de Santa Marta, na Ericeira, e Parque e Oficinas, na Abrunheira, pelo prazo de 1 ano – Autorização Prévia; **3. DEPARTAMENTO SOCIOCULTURAL: 3.1.** Designação de representante da Autarquia no Núcleo Local de Inserção (NLI); **3.2.** Designação do representante do Município na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra; **4. DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA: 4.1.** Constituição de fundo de caixa – Posto de

Cobrança – Edifício Municipal de Protecção Civil; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

--- O Presidente da Câmara deu as boas-vindas ao Vereador Renato Alves dos Santos, o qual substituiu, nesta reunião do Executivo, o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, nos termos das disposições conjugadas nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (ANEXO I). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente da Câmara deu conhecimento da visita que o Ministro da Administração Interna e a Secretária de Estado da Igualdade iriam efectuar, pelas 10.30 horas daquele dia, à sala para atendimento de vítimas sita no Posto Territorial da Malveira da Guarda Nacional Republicana, no âmbito das II Jornadas Nacionais contra a Violência Doméstica, tendo lamentado o facto de não poder estar presente.

--- Deu, ainda, conhecimento das alterações que o Ministério da Educação se propõe implementar, no âmbito da nova proposta de Programa e Metas Curriculares para a disciplina de Português no ensino secundário, nomeadamente da retirada do *Memorial do Convento* de José Saramago. O Presidente disse discordar desta proposta, considerando que, para além de constituir hoje o mais celebrado, estudado e discutido dos romances do autor, o *Memorial do Convento* tem possibilitado a implementação de um amplo programa educativo associado ao monumento que é figura central da narrativa, exercendo ainda um papel fundamental na valorização turístico-cultural do próprio Concelho de Mafra. Neste

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

sentido, informou sobre as diligências que foram efectuadas, nomeadamente, junto do Gabinete do Ministro, do Secretário de Estado e da Direcção Geral da Educação, no âmbito da consulta pública, assim como de outras entidades, informando ainda que esta posição tem obtido receptividade. -----

--- O Presidente da Câmara deu nota que as obras de construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Mafra e sede do Agrupamento das Associações Humanitárias do Concelho de Mafra estão concluídas, tendo estas entidades solicitado um pedido de apoio, à Câmara Municipal, para que sejam efectuados os arranjos exteriores. Atendendo a que a situação carece de ser resolvida com urgência, no sentido de garantir a acessibilidade à infra-estrutura, informou que, através da Giatul, se propõe executar a obra, que se estima em cerca de €250.000,00, tendo como contrapartida que, assim que se concretize a venda do terreno do antigo quartel, seja feito o encontro de contas. Mais informou que, no período de mudança de instalações, serão utilizadas, temporariamente, as instalações da Protecção Civil como local de estacionamento e armazenamento. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- No uso da palavra, a Vereadora referiu que a mencionada substituição do livro *Memorial do Convento* se torna prejudicial para Mafra, pela diminuição das visitas que afecta outros pólos de atracção turística do Concelho. -----

--- A propósito da venda do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Mafra, questionou sobre qual a estimativa do valor da venda, qual a sua futura utilização, assim como quem tinha adquirido. -----

--- A Vereadora salientou que na última reunião não fora referido a presença do Digníssimo Reitor da Universidade de Aveiro na assinatura do Protocolo de Colaboração entre o Município e a Escola de Armas, lamentando, também, o facto dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, não terem sido convidados para a cerimónia. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador congratulou-se pelas diligências efectuadas em relação à retirada do *Memorial do Convento* do programa de Português. Referiu que, considerando as

iniciativas entretanto desenvolvidas pelo Presidente, aguardará por futuros desenvolvimentos para apresentar um voto de protesto. -----

--- Reportando-se ao novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Mafra, comentou o facto de o mesmo ser longe do centro da Vila, obrigando a deslocações em viatura por parte dos bombeiros. Sublinhou que os Bombeiros Voluntários de Mafra, quando se propuseram fazer estas obras, deveriam ter calculado todos os custos. Questionou, ainda, qual a diferença entre o custo das novas instalações e a receita resultante da venda do terreno do antigo quartel. -----

--- O Vereador Rogério Costa apresentou uma proposta, a qual fica anexa à presente acta e que dela faz parte integrante, sobre a alteração e ordenamento de velocidade na Avenida da Liberdade, em Mafra (ANEXO II). -----

--- Apresentou, ainda, uma proposta, a qual se anexa à presente acta e que dela faz parte integrante, tendo como tema "*Reinventar Mafra. Eventos SócioCulturais*" (ANEXO III). -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- Em nome dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador da CDU – Coligação Democrática Unitária, o Vereador Sérgio Santos requereu uma visita às instalações da Giatul, para o dia 29 do corrente mês, com início às 15.00 horas, para conhecer os serviços, tendo entregue uma proposta nesse sentido, a qual se anexa à presente acta (ANEXO IV). -----

--- **DO VEREADOR RENATO SANTOS:** -----

--- O Vereador afirmou ser uma honra representar os munícipes, participando no Executivo Municipal. De seguida, declarou ser com muito gosto que, finalmente, observava um Presidente de Câmara defender José Saramago neste Concelho. -----

--- Quanto às obras a serem efectuadas no novo quartel de Bombeiros, declarou que o modelo lhe parecia correcto. No entanto, alertou que nada lhe garantia que o antigo edifício fosse objecto de venda, a curto prazo, podendo a Câmara Municipal vir a aguardar alguns anos para obter o valor agora despendido. -----

--- O Vereador apelou à criação do Conselho Municipal da Juventude, questão pela qual já se batera enquanto membro da Assembleia Municipal. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente da Câmara esclareceu que, em conformidade com a informação prestada pelo Presidente da Direcção dos Bombeiros, o antigo quartel fora vendido em hasta pública, aguardando-se a finalização do processo no ano de 2014. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

--- Quanto à proposta de alteração de velocidade na via indicada pelo Vereador Rogério Costa, informou que partilha da preocupação, tanto mais que já dera instruções, aos serviços municipais, para efectuar uma análise com vista à eventual revisão dos limites de velocidade em vigor em algumas vias. Recordou que o Concelho de Mafra fora o primeiro Concelho a implementar o Plano Municipal de Segurança Rodoviária. -----

--- O Presidente da Câmara informou que, numa acção conjunta entre os pelouros do turismo, da cultura e da acção social, está a ser preparada uma ampla acção de dinamização económico-social na envolvente do Palácio Nacional de Mafra, durante o período do Natal. -----

--- Seguidamente, o Presidente da Câmara mencionou que o Vereador Sérgio Santos apresentou uma proposta, para submissão à reunião de Câmara, que considerou desadequada: na forma, porque não viera dirigida ao Presidente da Câmara, nem assinada e fora enviada para um grande número de destinatários; no conteúdo, porque já houvera uma deliberação sobre o assunto em causa e, na data, não fora apresentada, por nenhuma força política, qualquer alteração sobre a matéria. Esclareceu que, na deliberação em causa, está assegurado o acesso do público às reuniões públicas, tendo apenas sido definido um horário para a sua intervenção. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos, no uso da palavra, felicitou os Presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e de Mafra por terem sido eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa. -----

--- O Vereador esclareceu que a mensagem de correio electrónico referida tinha sido enviada para o Presidente de Câmara, com conhecimento para as mesmas pessoas que recebem documentação referente à reunião de Câmara. Declarou não partilhar do entendimento exposto pelo Presidente, uma vez que as propostas podem ser aprofundadas e melhoradas e fora nesse sentido que o fizera. Registou, com agrado, a presença de uma pessoa a assistir à reunião pública. De seguida, questionou sobre qual o entendimento que o Presidente da Câmara tivera para não incluir na Ordem

de Trabalhos a sua proposta, face ao disposto no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente afirmou que já respondera anteriormente a esta questão, no que diz respeito à desadequação quanto à forma e ao conteúdo, pelo que o assunto ficara suficientemente esclarecido. -----

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- LISTA DE ADJUDICAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 28 DE OUTUBRO E 8 DE NOVEMBRO DO ANO EM CURSO: -----

--- O Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da lista de adjudicação de prestações de serviços, no período compreendido entre 28 de Outubro e 8 de Novembro de 2013, em conformidade com o documento anexo (ANEXO V).-----

--- II – ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -

--- 1. ACTA: -----

--- Foi distribuída a todos os Vereadores cópia da acta da reunião realizada em 1 de Novembro corrente, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Sérgio Santos e Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, e do Vereador Rogério Costa, da CDU – Coligação Democrática Unitária e do Presidente da Câmara, e a abstenção do Vereador Renato Santos, pelo facto de não ter estado presente na referida reunião. -----

---2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO: -----

--- 2.1. TAXA DE DERRAMA A COBRAR EM 2014: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12190, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, sobre a qual recaiu parecer de concordância do Chefe de Divisão Administrativa, datado de 12 de Novembro corrente (ANEXO VI). -----

--- O Presidente referiu que se trata de uma medida que visa estimular as actividades económicas do Concelho e a consequente criação de emprego, incidindo em três grandes eixos. Assim, explicou que, pela primeira vez, se propõe isentar do pagamento da derrama: todos os sujeitos passivos cujo volume de negócio no

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

período anterior não ultrapasse os €150.000,00; os sujeitos passivos com o volume de negócios superior a €150.000,00 com actividades consideradas estratégicas para o desenvolvimento sustentado, nomeadamente o turismo – restauração e similares e comércio a retalho (excepto as grandes superfícies) –, a agricultura e as pescas; e, ainda, os sujeitos passivos que tenham instalado a sede social no Concelho em 2013 e criem, no mínimo, três novos postos de trabalho. -----

--- O Vereador Sérgio Santos informou ser intenção dos eleitos locais do Partido Socialista votar este ponto favoravelmente, considerando o objectivo de criação de empregos. No entanto, sendo a taxa a cobrar de 1,5% para as restantes empresas, disse considerar que a mesma poderia ser um pouco mais baixa, atendendo a que o nível de facturação rapidamente chega aos €150.000,00. Desta forma, poder-se-ia beneficiar um maior número de empresas e, simultaneamente, de empregados e consequentes agregados familiares. -----

--- O Vereador Rogério Costa informou que a sua posição era de abstenção, porque existe sempre um grupo de empresas que terá de pagar a derrama, as quais estão a atravessar por dificuldades resultantes da actual crise. Mais disse que, embora compreenda que a Câmara Municipal necessite de arrecadar receita, esta proposta é discriminativa para determinadas actividades económicas. -----

--- O Presidente da Câmara reconheceu que existem empresas que não beneficiarão da isenção, mas recordou que a derrama se aplica àquelas que têm lucro. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do Partido Socialista e do senhor Presidente, e a abstenção do Vereador Rogério Costa, da CDU-Coligação Democrática Unitária, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propor à Assembleia Municipal o lançamento de derrama para o ano de 2014, fixando a sua taxa em 1,5%, com isenção de sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse 150.000 euros; com isenção de sujeitos passivos com o volume de negócios superior a 150.000 euros para os seguintes códigos de actividade CAE 471, 472, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 561, 563, 01, 02 e 03, excepto CAE 47111; e

com isenção para sujeitos passivos que tenham instalado a sede social no concelho no período de 2013 e criem, no mínimo, 3 novos postos de trabalho, de acordo com o disposto no artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, na sua redacção actual. -----

--- 2.2. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - TAXAS A COBRAR EM 2014:-----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12195, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, sobre a qual recaiu parecer de concordância do Chefe da Divisão Administrativa, datado de 12 de Novembro corrente, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado na mesma data (ANEXO VII). -----

--- O Presidente da Câmara começou por salientar que, ao longo dos anos, o Município tem vindo sempre a praticar as taxas máximas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), sendo que apenas em 2013 foi reduzida de 0,5% para 0,3% no âmbito dos prédios urbanos avaliados. No entanto, a diminuição da receita, volvidos 11 meses da aplicação da mencionada taxa, estava a pôr em causa o equilíbrio financeiro da autarquia e, consequentemente, a prestação de serviços essenciais aos munícipes, em áreas como a educação, a acção social ou a segurança, entre muitas outras. Mais salientou que há que honrar os compromissos assumidos e, especialmente, aqueles que dizem respeito às funções básicas do Município, com impacto no quotidiano das pessoas, relevando, igualmente, o necessário pagamento dos vencimentos dos trabalhadores municipais e o funcionamento de todos os serviços. Concluindo, afirmou que se continua a apelar ao contributo dos proprietários no desenvolvimento sustentado do Concelho de Mafra, pelo que, para 2014, se propõe manter a taxa de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados e retomar a taxa de 0,5% para os prédios urbanos avaliados, já praticada em 2012 e em anos anteriores. Quanto ao processo de reavaliação de imóveis, que também está intimamente ligado ao pagamento do IMI, informou que, no momento, se encontram cerca de 70% dos imóveis reavaliados, ainda que estas reavaliações não tenham correspondido a um aumento efectivo da receita municipal. -----

--- O Vereador Sérgio Santos discordou da proposta apresentada, afirmando que gostaria de ver plasmado na mesma o apoio às famílias que se encontram em situações financeiras desfavoráveis. Na sua opinião, esta proposta irá agravar os problemas sociais que os munícipes têm e nesse quadro o Partido Socialista

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

apresenta uma alternativa, considerando que: 1. O IMI é uma importante fonte de imposto para os Municípios; 2. As necessidades financeiras das Autarquias em geral e em Mafra em particular são elevadas dadas as suas legítimas pretensões de desenvolver obra em prol dos cidadãos; 3. São os contribuintes que tendo uma casa para viver e estando a pagar elevados encargos de empréstimos bancários, são mais uma vez atingidos pela carga do IMI; 4. É sabido que o IMI é o tributo que visa compensar os Municípios pelas infra-estruturas que tem de realizar e disponibilizar aos seus munícipes; 5. Também é sabido que estando a finalizar-se o ano de 2013, algumas dessas infra-estruturas básicas não estão concluídas em Mafra e, portanto, colocadas aos serviços das pessoas e do meio ambiente. Tendo presentes estas considerações, os eleitos do Partido Socialista apresentam as seguintes propostas para a aplicação do IMI em Mafra: decorrente das actualizações das avaliações dos imóveis para a tributação em sede de IMI e das valorizações destes, de forma a não acrescerem mais encargos sobre as famílias, face aos dias de emergência social em que vivemos, o PS propõe que a percentagem, a aplicar para 2014, deve ser fixada em 0,5% para prédios urbanos não avaliados e 0,3% para prédios urbanos avaliados. A aplicação de uma taxa menor, sobre uma base de incidência maior, pode dar a mesma ou mais receita, tornando-se ao mesmo tempo mais justa. Estas medidas, possíveis de melhoramento, pretendem melhorar as famílias e uma área económica do Concelho, criando condições para as famílias ultrapassarem este período de grandes constrangimentos financeiros. -----

--- O Vereador Rogério Costa pronunciou-se, dizendo que pena era que, durante a campanha eleitoral, os candidatos do PPD/PSD, concretamente o Presidente, tivessem sempre evitado debater esta questão, enquanto a CDU dissera que, se a mesma força política se mantivesse em maioria no novo Executivo, este aumento iria acontecer. O valor que é apresentado no gráfico que suporta a presente proposta não pode servir, na sua opinião, como referência, pois é a primeira vez que o IMI é pago em três prestações e não em duas como vigorava até 2012. Assim, a previsão para 2013 não é aquela que consta do gráfico, mas aquele valor vezes três, sobre dois, contando com o pagamento que se vai verificar em

Novembro/Dezembro. O valor previsto, em face do que está aplicado, será superior. Mais referiu que o aumento proposto, face à taxa praticada, representa 66,6%, o que é lamentável. -----

--- O Presidente esclareceu que o gráfico não é enganador, uma vez que os valores ali explanados são até 31 de Outubro. -----

--- O Vereador Rogério Costa contrapôs, dizendo que se devia apresentar a perspectiva dos valores que serão recebidos até final do ano. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço disse que uma das bandeiras de qualquer campanha é a acção social, mas que o IMI atinge todos, excepto os que continuam isentos. Assim, sugeriu que se taxassem as esplanadas, os anúncios luminosos e as estruturas de praia, para arrecadar mais receita. Discordou que a taxa do IMI seja alterada desta forma e que se jogue, emocionalmente, com os serviços das escolas, da acção social ou o pagamento dos ordenados aos trabalhadores da Autarquia. ----

---O Vereador Renato Santos, citando, disse que ouvira que *«estavam em risco os vencimentos»*, pelo que referiu não entender como se passara de uma Câmara equilibrada financeiramente para esta situação. Sugeriu que se fizesse uma auditoria para averiguar os problemas não divulgados. -----

--- O Presidente clarificou que o IMI incide exclusivamente sobre o património, enquanto o IRS incide sobre o rendimento, pelo que o primeiro diz respeito aos proprietários e o outro às famílias. Esclareceu que nem todos os proprietários pagam três prestações, face aos dados disponibilizados pela Autoridade Tributária, além do que esta última prestação é a mais reduzida. Relembrou que, durante a campanha eleitoral, sempre afirmara, prudentemente, que em função do que viesse encontrar no novo Executivo, iria decidir em matéria de impostos. Sobre a questão colocada pelo Vereador Renato Santos, informou que, na reunião anterior, já fora deliberada a contratação de serviços para se fazer o retrato financeiro da Autarquia, à data de 15 de Outubro e se perspectivar o futuro. Concluindo, o Presidente referiu que a taxa de 0,3% para os prédios urbanos avaliados, aplicada no último ano e em jeito de teste, provara claramente que a receita não chega para suprir as responsabilidades primárias da Câmara Municipal. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do senhor Presidente e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e da CDU - Coligação Democrática Unitária, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propor à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas de IMI a aplicar para todas as freguesias em 2014, nos termos e para efeitos das disposições conjugadas das alíneas b) e c) do n.º 1 e n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com a redacção introduzida, respectivamente, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e Lei n.º 64-A/2008, de 5 de Dezembro: Prédios urbanos não avaliados: 0,7%; Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,5%. O Vereador Sérgio Santos, do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Votei contra, porque esta proposta do Executivo Camarário e do senhor Presidente não vai ao encontro das necessidades das famílias do Concelho de Mafra."* -----

--- 2.3. FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A COBRAR EM 2014:--

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12193, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, sobre a qual recaiu parecer de concordância do Chefe da Divisão Administrativa, de 12 de Novembro corrente, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, na mesma data (ANEXO VIII). -----

--- O Presidente de Câmara referiu que a medida abrange transversalmente todas as famílias, revertendo directamente para o aumento do rendimento disponível. ----

--- O Vereador Rogério Costa questionou porque se aumenta a IMI e agora se propõe uma redução de 0,25% ao nível do IRS. O Vereador apelou que não se aumentasse o IMI, caso se pretendesse ajudar as pessoas que estão a atravessar enormes dificuldades. -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu que este dinheiro será distribuído, mas não por aqueles que são mais necessitados e carenciados, já que estes têm ordenados baixos e, portanto, não pagam nem recebem reembolso de IRS. Frisou que são as famílias mais carenciadas que preocupam o Partido Socialista. O voto a favor dos Vereadores do Partido Socialista justifica-se, tão-somente, pelo facto de que esta medida vai favorecer algumas famílias das classes média-alta e alta, que terão dinheiro disponível para o consumo, favorecendo assim a economia do nosso Concelho. Os eleitos do Partido Socialista têm um entendimento diferente do Governo Central, também do Partido Social Democrata, que acredita que

esmagando a economia com políticas neo-liberais, pode desta forma, voltar ao crescimento económico, não sendo este o entendimento do Partido Socialista. -----

--- O Presidente esclareceu que, na maioria dos municípios, se aplica a taxa máxima, pelo que se pretende, no Município de Mafra, dinamizar a economia local, através do aumento do rendimento disponível das famílias para efectuar despesa. --

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do Partido Socialista e do senhor Presidente e a abstenção do Vereador Rogério Costa, da CDU - Coligação Democrática Unitária, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propor à Assembleia Municipal a fixação da percentagem de 4,75% para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, na sua redacção actual. -----

--- 2.4. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2014: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12224, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, sobre a qual recaiu parecer de concordância do Chefe da Divisão Administrativa, de 12 de Novembro corrente, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado na mesma data. -----

--- O Presidente explicou que a proposta vai no sentido que no ano de 2014 não se aplique para que não se onere as famílias de Mafra, com a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não propor à Assembleia Municipal a aprovação da aplicação, no ano de 2014, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (ANEXO IX). -----

--- 2.5. ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL MUNICIPAL: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12230, elaborada pela Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, a qual mereceu parecer do Chefe da Divisão Administrativa, datado de 12 de Novembro corrente, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado na mesma data (ANEXO X). -----

--- O Presidente aditou que a proposta visa a dinamização da economia local e o reforço do Orçamento Municipal. Explicou que esta iniciativa de alienação remonta desde 2011, mas que, até à data, nenhum dos imóveis fora vendido, face à conjuntura económica desfavorável. Considerando que a autorização dada pela Assembleia Municipal tinha efeitos para o período de vigência do anterior mandato

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

autárquico, pretende-se a sua renovação, nas condições descritas na proposta. -----

--- O Vereador Rogério Costa reconheceu não ser fácil vender património, neste momento. -----

--- O Vereador Sérgio Santos afirmou que gostaria que, para cada imóvel, tivesse sido efectuada uma proposta, uma vez que o Partido Socialista tem uma opinião diferente para cada um. Explicou que o voto contra se justifica, especialmente, pela proposta de alienação da Escola da Ericeira, que deveria ser classificada arquitectonicamente como valor de interesse municipal e que, portanto, deveria ser protegida mediante a realização de um estudo prévio, um Plano de Pormenor ou até um concurso de ideias. -

--- A Vereadora Antonieta Lourenço referiu que a alinação do património deveria ser feita não em bloco mas em artigos individuais, dadas as especificidades de cada um, mediante estudos prévios. -----

--- O Presidente esclareceu que, nesta fase, se trata apenas de se obter autorização por parte da Assembleia Municipal para a alienação daquele património. A pormenorização sobre a condição de cada alienação será numa fase posterior. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da CDU-Coligação Democrática Unitária e do senhor Presidente e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à autorização da Assembleia Municipal a alienação dos imóveis identificados no documento anexo à Informação Interno/2013/12230, de acordo com o calendário que o Executivo considere mais oportuno para realização dos seus objectivos. As referidas alienações deverão concretizar-se por hasta pública, tendo por valor base os apurados pela Comissão Municipal de Avaliação e respeitando os necessários Programas de Procedimentos a aprovar pela Câmara Municipal. -----

--- 2.6. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO BAR: LA LUNA, NA ERICEIRA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12186, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de

Gestão Financeira e Contratação Pública e do Chefe de Divisão Administrativa, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, em 12 de Novembro (ANEXO XI). --

--- A Vereadora Antonieta Lourenço alertou para que, de futuro, se considere a localização envolvente dos estabelecimentos que requeiram o alargamento do horário de funcionamento, para além das 02.00 horas. -----

--- Considerando que o estabelecimento encontra-se localizado numa zona habitacional, que poderá colocar em causa a tranquilidade e repouso dos residentes; Considerando ainda a existência de reclamação que deu origem ao processo queixa n.º 9.2.8/2008/8, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que é sua intenção indeferir o alargamento do horário de encerramento até às 3:00h, de acordo com o art.º 4.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra. Mais deliberou, nos termos do estabelecido nos artigos 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, fixar em 10 dias o prazo para audiência prévia, que deve ser exercido por escrito. -----

--- 2.7. ARREMATAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE DUAS LOJAS NO MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/11998, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, assim como do Chefe de Divisão Administrativa, datados de 12 de Novembro corrente, bem como despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado na mesma data (ANEXO XII). -----

--- O Vereador Rogério Costa, como assíduo frequentador do Mercado de Mafra, defendeu que o mesmo não pode acabar, pois dá vida ao centro da vila. Assim, sublinhou que tudo se deve fazer para que as lojas não fechem e se dinamize o local, bem como sugeriu que fosse revisto o pagamento do estacionamento na envolvente do Mercado, o qual justifica o afastamento dos clientes. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, despoletar o procedimento inerente à concessão do direito de ocupação de 1 (uma) ou 2 (duas) lojas do Mercado Municipal de Mafra, nos termos da referida informação e correspondentes anexos, que deverão ser adaptados para o efeito. -----

--- 2.8. DOAÇÃO DE TERRENO – ENCARNAÇÃO: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/11127, datada de 17 de Outubro último, elaborada pela Área de Património, sobre a qual recaíram pareceres da

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)



Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, ambos de 04 de Novembro corrente, bem como Despacho do Vereador Hugo Moreira Luís, exarado em 12 do mesmo mês, bem como requerimento de Inocêncio dos Santos Julião, datado de 26 de Setembro p.p. (ANEXO XIII).-----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aceitar a doação de Inocêncio dos Santos Julião, referente à parcela de terreno com a área de 1.354 m², a desanexar do prédio urbano com o artigo matricial 3384 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 1446/19941024 da Freguesia da Encarnação, sendo a área de 1.242 m² para implantação do Pavilhão Polidesportivo da Encarnação e a área de 112 m² para o domínio público. -----

--- 2.9. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA, PARA O EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL ENG.º MINISTRO DOS SANTOS, EM MAFRA, PARQUE DE SANTA MARTA, NA ERICEIRA, E PARQUE E OFICINAS, NA ABRUNHEIRA, PELO PRAZO DE 1 ANO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12172, elaborada pela Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira, assim como do Chefe de Divisão Administrativa, ambos datados de 12 de Novembro corrente (ANEXO XIV).-

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face à factualidade constante da informação em apreço, submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia para despoletar o procedimento supra referido, nos termos conjugados do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, com o expresse no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho de 1999, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redacção. -----

--- 3. DEPARTAMENTO SOCIOCULTURAL: -----

--- 3.1. DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA AUTARQUIA NO NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO (NLI): -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12042, datada de 7 de Novembro corrente, elaborada pela Directora do Departamento Sociocultural, sobre a qual recaiu Despacho da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado em 12 do mesmo mês (ANEXO XV). -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Aldevina Rodrigues apresentou a proposta da Autarquia para que a Técnica Superior Tânia Alexandra Duarte da Silva continue a ser a representante da Autarquia no Núcleo Local de Inserção, no qual são debatidas as questões dos beneficiários da medida social do Rendimento Social de Inserção. --

--- A Vereadora Antonieta Lourenço disse, que em consonância com o que aconteceu com outras propostas, a posição dos Vereadores do Partido Socialista é a abstenção, uma vez que a proposta foi efectuada como um documento fechado e não foram previamente auscultados. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da CDU-Coligação Democrática Unitária e do senhor Presidente, e a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos do disposto no artigo 22.º da Portaria n.º 257/2012, de 27 de Agosto, designar como representante da Autarquia no Núcleo Local de Inserção (NLI), a técnica superior Tânia Alexandra Duarte da Silva. -----

--- 3.2. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA COMISSÃO ALARGADA DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/12071, de 8 de Novembro corrente, elaborada pela Directora do Departamento Sociocultural, sobre a qual recaiu Despacho da Vereadora Aldevina Rodrigues, em 12 do mesmo mês (ANEXO XVI). -----

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues informou que a Comissão e Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra data de 2001, sendo uma instituição com autonomia funcional de extrema importância ao nível social. Tem como objectivo a protecção das crianças e jovens em perigo, assim como o desenvolvimento de acções de prevenção para que este fenómeno seja minimizado. Mais informou que, como representante do Município na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra, se propõe a técnica superior, Vanda Patrícia Samarro Brás, com funções de psicóloga, a qual trabalha no Departamento Sociocultural. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 15.NOVEMBRO.2013 (PÚBLICA)

--- A Vereadora Antonieta Lourenço afirmou que, pelas razões já invocadas, a posição dos eleitos do Partido Socialista é a abstenção, com a ressalva do excelente papel que tem vindo a ser desenvolvido por aquela Comissão. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da CDU - Coligação Democrática Unitária e do Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos do disposto na alínea a), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, designar como representante do Município na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra, a técnica superior Vanda Patrícia Samarro Brás. -----

--- **4. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA:** -----

--- **4.1. CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA - POSTO DE COBRANÇA - EDIFÍCIO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação/2013/12225, elaborada pelo Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo, sobre a qual recaiu parecer do Director de Departamento de Recursos Humanos e Segurança, de 12 de Novembro corrente (ANEXO XVII). ----

--- Reconhecendo a necessidade de constituição de um fundo de caixa a atribuir à trabalhadora do posto de atendimento do edifício Municipal de Protecção Civil, Elsa Faustino, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Antonieta Lourenço e Renato Santos, do Partido Socialista, do Vereador Rogério Costa, da CDU - Coligação Democrática, e do senhor Presidente e a abstenção do Vereador Sérgio Santos, constituir o mesmo, de harmonia com os pressupostos explanados na informação supra referida. Mais deliberou que a sua reposição deverá ocorrer até ao final do corrente ano. -----

--- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO:** -----

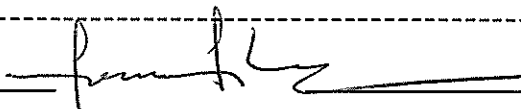
--- Quando eram dez horas e trinta minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público, não tendo comparecido qualquer munícipe. ----

--- **III - APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objecto de deliberação na presente reunião, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram onze horas e trinta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que o mesmo vai assinar e que eu, Paulo António Pardal Dias Jorge, Director de Departamento, redigi e subscrevo. -----



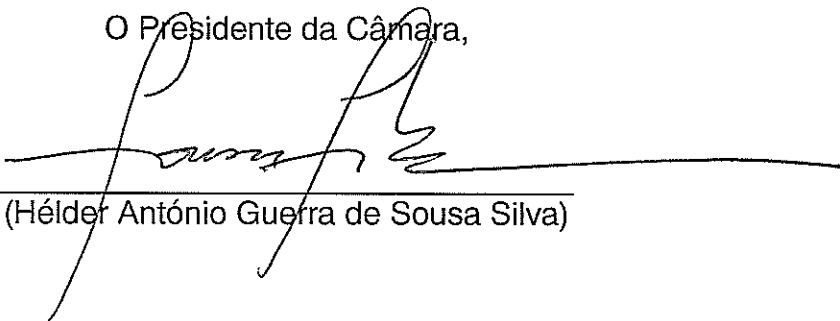


LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 2013/10/29 a 2013/11/06.

Mafra, 07 de Novembro de 2013.

O Presidente da Câmara,



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)


PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	12/2011	LIC03	4692/2013	2013/10/17	2013/11/05	C - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÔNIO BERNARDES COELHO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM GARAGEM E MURUS DE VEDAÇÃO CAMINHO VALE MURTEIRA-BARRIL
OP	69/2010	LIC03	4674/2013	2013/10/16	2013/11/05	C - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DOMINGOS JOÃO RODRIGUES	ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE UM EDIFÍCIO INDUSTRIAL EXISTENTE RUA 25 DE ABRIL N.º 21-IGREJA NOVA
OP	104/2013	LIC03	4646/2013	2013/10/15	2013/10/29	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOAQUIM CIPRIANO LOURENÇO SIMÕES FORTUNATO	PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PARA BIFAMILIAR COM GARAGEM E ARRUMOS E LEGALIZAÇÃO DE ANEXO DESTINADO A GARAGEM E ARRUMOS RUA EDUARDO BURNAY, N.º 7-ERICEIRA
OP	114/2012	LIC03	4702/2013	2013/10/17	2013/10/29	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOÃO LUIS DE SOUSA MIRANDA	DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR RIBAMAR DE BAIXO

10/11/2013

[Handwritten signature]

PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
I	3/2008	LIC64	4191/2013	2013/09/12	2013/11/05	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LUSOBATATA - IMPORTAÇÃO, EMPACOTAMENTO E DISTRIBUIÇÃO, LDA	INSTALAÇÃO DE INDUSTRIA DE EMBALAGEM DE BATATAS, CEBOLAS E CENOURAS ESTRADA NACIONAL 9-BARREIRALVA
							1260	

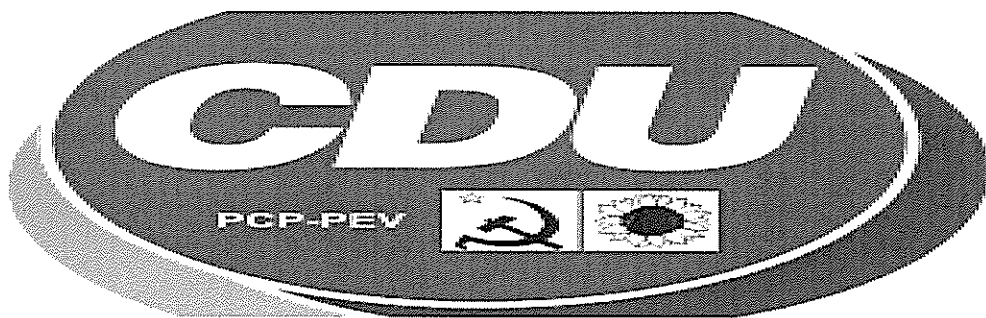
1.000



PROCESSO		REQUERIMENTO			DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	TIPO	NUMERO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO	FUNC.		
OP	201/2011	LIC71	4600/2013	2013/10/10	2013/11/05	D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	1260	SANDRA MARIA OLIVEIRA ROSMANINHO	CONSTRUÇÃO DE COZINHA AGRÍCOLA, ADEGA, ARRUMOS E GARRAFEIRA CAMINHO DO RAMALHÃO, N.º 8-MONTESOUROS

Assinatura





PROPOSTA

Assunto: ALTERAÇÃO E ORDENAMENTO DE VELOCIDADE: TROÇO NA AV. LIBERDADE MAFRA

Na reunião camarária de 15/11/2013, o vereador da CDU propõe ao executivo camarário que mande analisar à Comissão Municipal de Transito e Toponímia, os limites de velocidade da Av. Da Liberdade entre a rotunda do Castelão e a rotunda da Paz.

Presentemente a velocidade de circulação entre as duas rotundas é de 40Km e 50Km.

Segundo utilizadores esta velocidade não se justifica dado que todo o percurso é limitado por passeios com lancis bastante altos e só existindo passagens para peões no início de cada rotunda, os demais acessos no sentido norte/sul e vice-versa estão devidamente sinalizados com indicação de prioridade.

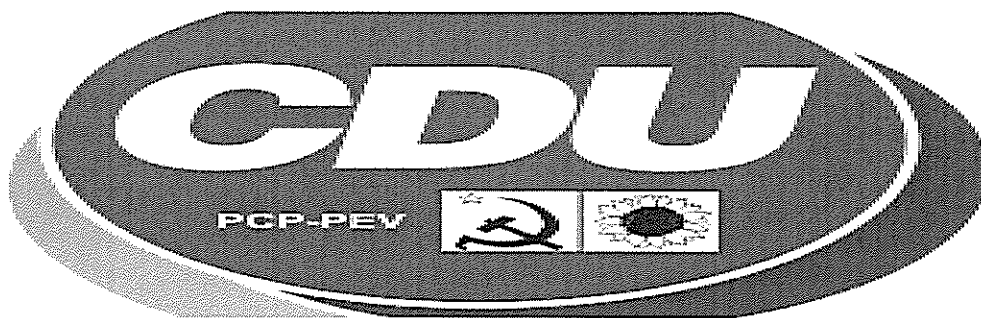
Assim, propõe-se que em ambos os sentidos a velocidade seja alterada para 50Km e 70Km.

Com esta medida poderia evitar-se dar a impressão do que acontece atualmente que é uma caça a multa pelas forças de segurança.

Atenciosamente

Rogério Costa

(Vereador CDU)



PROPOSTA

Assunto: REINVENTAR MAFRA. EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS

A principal fonte de riqueza de qualquer país são as pessoas, ou melhor, a sua capacidade para produzir e inventar.

Mafra, tem que se reinventar:

Reúne as melhores condições, é uma zona saloia, com tradições agrícolas, artesanais comerciais e históricas.

Estamos perto da grande urbe, Lisboa.

Porque não procurar organizar eventos à época da idade Média/Renascimento, como danças, música, passeios de charrete na tapada, exposições de artes e ofícios, bem como explorar a riqueza gastronómica do concelho.

Façamos eventos históricos que servirão não apenas para perpetuar tradições mas também como forma de fomentar o turismo e a economia local.

Estas iniciativas serão certamente um reconhecimento do que foi o nosso passado perpetuando a história do Concelho, no país e no mundo. Assim, recuperaremos as tradições, os usos e costumes das populações que construíram Mafra.

Estes eventos serão uma verdadeira partilha de conhecimentos de todas as Freguesias, proporcionando aos visitantes e turistas uma experiência única na vivência de costumes e sabores de Mafra.

Assim, o vereador da CDU, em reunião de Camara realizada em 15/11/2013, propõe a criação de uma comissão que deverá elaborar uma proposta a discutir numa futura reunião camarária.

A comissão deverá ser composta por quatro vereadores, dois do PSD sendo um o coordenador e um PS e um da CDU.

Atenciosamente

Rogério Costa

(Vereador CDU)

anexo III

Articula a visita aos
serviços no Paço do Concelho
PS+CDU+DDPAGF a acompanhar



Câmara Municipal de Mafra

→ Autoriza a visita
Ao Gabinete para actividades
a visita (PS+CDU)
15.11.13.

**Pedido de Visita às instalações da: Giatul - Actividades
Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.**

Os Vereadores do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, vêm requerer ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Mafra a realização de uma visita às instalações da Empresa Municipal Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, S.A. a agendar para o próximo dia 29 do corrente mês com início às 15.00H, para conhecerem e se apresentarem aos serviços.

Para o efeito, mais solicitam lhes seja disponibilizada viatura de transporte que assegure a respectiva deslocação de ida e volta desde os Paços do concelho até às instalações da referida empresa municipal.

Cumprimentos

Os Vereadores do PS e CDU na Câmara Municipal de Mafra.

Mafra, 15 de Novembro de 2013

Lista de Adjudicação de Prestações de Serviços no período compreendido entre 28 de Outubro e 8 de Novembro de 2013

Fornecedor	Valor (c/IVA)	Descrição da Despesa	Data do Compromisso
PRIVATE - PROTECÇÃO E SEGURANÇA, UNIPessoal, LDA	5.313,60 €	Serviços de Vigilância e Segurança dos Equipamentos na Praia de Ribeira D'Iilhas (1 mês: 23Out - 22Nov)	28-10-2013
SIMÕES & SIMÕES LDA	997,16 €	Fornecimento e Montagem de matérias/peças p/ conservação/manutenção de viaturas: pastilhas de travão p/ 1º e 2º eixo, 1 barra de torção do 2º eixo e Kit casquilhos	28-10-2013
ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	11.057,70 €	Recolha de Resíduos - LOTE 2 - Subprodutos de Origem Animal - Categoria 1 (M1) e LOTE 3 - Subprodutos de Origem Animal de Categoria 3 (M3) provenientes dos Mercados Municipais, pelo prazo de um ano	29-10-2013

PARECER

CONCORDO.

À consideração Superior.

O Chefe da Divisão Administrativa

(Antonio Custódio Pereira, Lic.)

2013/...11...12...

O (A)

()

DESPACHO

1
A reunião
P. J. J.

12.11.13

O (A)

()

INFORMAÇÃO Interno/2013/12190

Assunto: TAXA DA DERRAMA A APLICAR EM 2014

Considerando que de acordo com o n.º1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL), "Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica (...)";

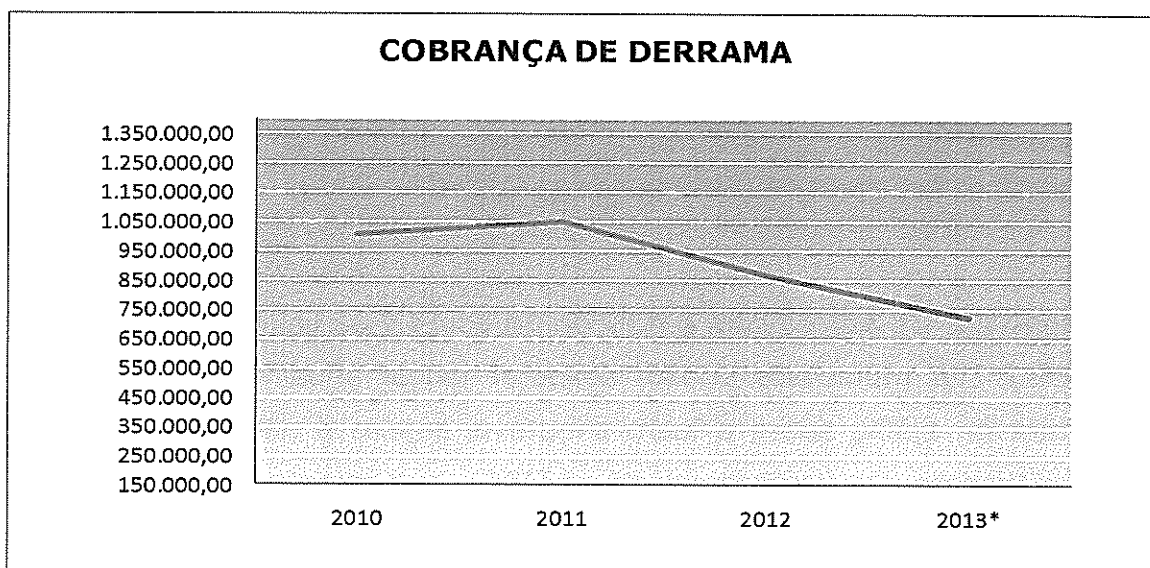
Considerando que o n.º 4 do citado artigo permite a fixação pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de "uma taxa reduzida de derrama para sujeitos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€";

Considerando que para o corrente ano de 2013, foi deliberado na Assembleia Municipal de Setembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal de 15 de Setembro do mesmo ano, o lançamento de uma derrama de 1,5%;

Considerando que a evolução das receitas da derrama de 2010 a 2013 (Outubro inclusive) foram as seguintes:

ANO	COBRANÇA
2010	1.004.026,21
2011	1.050.492,10
2012	866.639,44
2013*	721.444,85

*Inclui Outubro



Considerando que o Município de Maфра tem-se caracterizado ao longo dos anos por um equilíbrio económico-financeiro, permitindo-lhe garantir a sua atractividade e competitividade, melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes, o que só tem sido conseguido fruto da implementação das necessárias e atempadas medidas que consubstanciam uma rigorosa gestão;

Considerando que o Município de Maфра, numa medida de apoio à dinamização da economia local, procura a geração de valor e a criação sustentada de empregos;

Considerando que nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara autorizar o lançamento de derrama, sugere-se que:

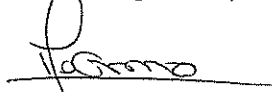
1- De acordo com o n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 18 de Janeiro (LFL), o Executivo Municipal proponha o lançamento de uma derrama 1,5%, sobre o Lucro Tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), bem como as isenções apresentadas no quadro infra:

TAXA NORMAL	TAXA REDUZIDA	ISENÇÃO	ÂMBITO DE ISENÇÃO
1,50%	-	SIM	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse 150.000 euros. - Sujeitos passivos com o volume de negócios superior a 150.000 euros para os seguintes códigos de atividade : CAE 471, 472, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 561, 563, 01, 02 e 03, excepto CAE 47111. - Sujeitos passivos que tenham instalado a sede Social no concelho no período de 2013 e criem, no mínimo 3 novos postos de trabalho.

2- A presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

3- Nos termos do n.º 9 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 18 de Janeiro (LFL), a deliberação da Assembleia Municipal seja comunicada à Autoridade Tributária, até 31 de Dezembro de 2013.

À consideração superior,



A Chefe de Divisão de G.F.C.P.

Maria do Carmo Graça

PARECER

Concluido.
P. CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.
2013/11/12...
O (A) *António Luís Cardoso*

()

DESPACHO

A reunião
12.11.13
O (A) *[Signature]*

()

INFORMAÇÃO Interno/2013/12195

Assunto: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – DEFINIÇÃO DE TAXAS A COBRAR NO ANO ECONÓMICO DE 2014

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com a redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 5 de Dezembro, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam as taxas de Imposto sobre Imóveis (IMI) a aplicar em cada ano, sobre os prédios urbanos que, nos termos das alíneas b) e c) do nº 5 do citado artigo, alterado pela Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro, (Orçamento Estado 2012), podem variar entre 0,5% e 0,8% para os prédios cujo valor patrimonial tributável resulta da aplicação dos coeficientes de desvalorização da moeda e entre 0,3% e 0,5% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;

Considerando que no ano de 2012, foi deliberado na Assembleia Municipal de 27 de Setembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal de 13 de Setembro do mesmo ano, a aplicação das taxas de IMI a cobrar em 2013, nos termos do CIMI:

- Prédios urbanos não avaliados 0,7% e
- Prédios avaliados 0,5%.

Considerando que **a taxa referente aos prédios urbanos avaliados foi alterada** pelos órgãos executivo e deliberativo, **em 20 e 27 de Dezembro de 2012**, respectivamente, passando a mesma a ser de:

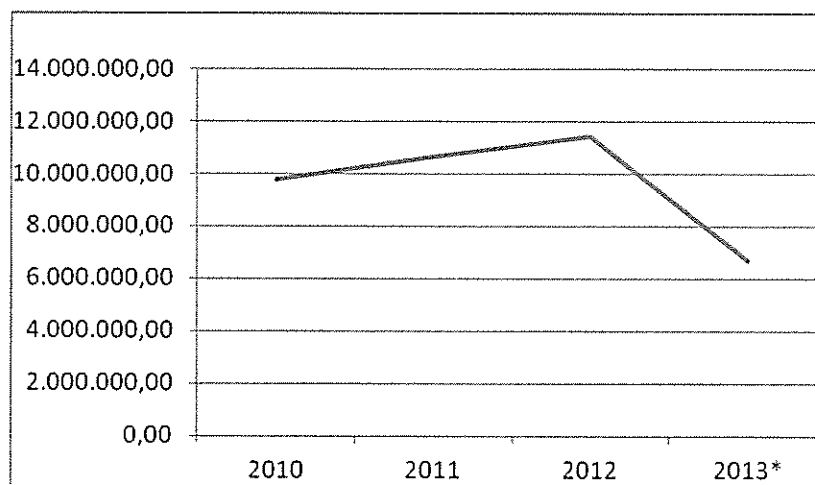
➤ Prédios avaliados 0,3%.

Considerando a evolução das receitas do IMI de 2010 a 2013 (Outubro inclusivé), conforme quadro infra;

ANO	RECEITA LÍQUIDA
2010	9.775.601,75
2011	10.658.464,89
2012	11.437.137,58
2013*	6.672.926,90

*Até 31 de Outubro

COBRANÇA DE IMI



Considerando que o Município de Mafra tem-se caracterizado ao longo dos anos por um equilíbrio económico-financeiro, permitindo-lhe garantir a sua atractividade e competitividade, melhorando a qualidade devida dos seus munícipes. Apesar da crise económica nacional e de todos os constrangimentos financeiros dirigidos às Autarquias;

Considerando que nos termos da alínea nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara autorizar o lançamento do IMI para reforço da capacidade financeira, sugere-se que:

1 – O executivo Municipal, proponha fixar as seguintes taxas:

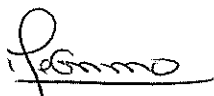
- Prédios urbanos não avaliados 0,7% e
- Prédios urbanos avaliados 0,5%.

2 - A presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

3 – Nos termos do nº13 do artigo 112º do CIMI, a deliberação da Assembleia Municipal seja comunicada, por via electrónica, à Autoridade Tributária, até 30 de Novembro de 2013, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão de G.F.C.P.



Maria do Carmo Graça

PARECER

CONCORDO.

À consideração Superior.

2013/11/12

O (A)

O Chefe da Divisão Administrativa
(António Custódio Pereira, L.C.)

()

DESPACHO

A reunião
fusa fls
12, 11, 13

O (A)

()

INFORMAÇÃO Interno/2013/12193

Assunto: FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A COBRAR EM 2014

Considerando que o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, determina que:

1. "Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º1 do artigo 78.º do Código do IRS."
2. "A participação referida (...) depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva câmara municipal à Autoridade Tributável, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos."
3. "A ausência da comunicação a que se refere o número anterior ou a recepção da comunicação para além do prazo aí estabelecido equivale à falta de deliberação."
4. "Caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º1, o produto da diferença de taxas e a colecta líquida é considerado como dedução à colecta do IRS, a favor do sujeito

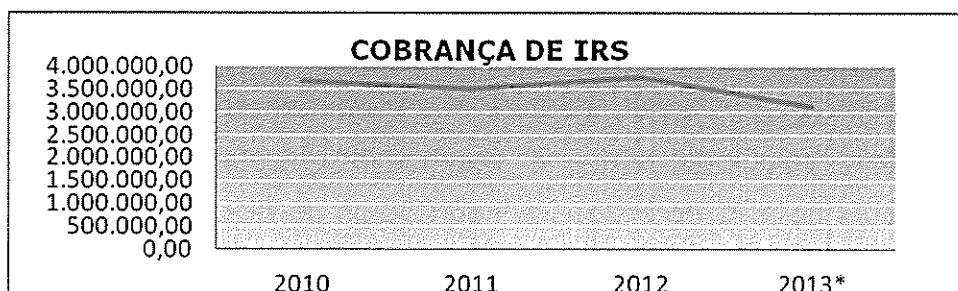
passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º1, desde que a respectiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nelas constantes.”

5. “A inexistência da dedução à colecta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município.”

Considerando que nos anos transactos, o Município de Maфра fixou a percentagem em 5%, resultando a seguinte receita:

ANO	COBRANÇA
2010	3.669.365,00
2011	3.520.239,00
2012	3.754.839,00
2013*	3.129.030,00

* Inclui Outubro



Considerando os diversos constrangimentos que tem sido colocados à gestão autárquica, decorrente da progressiva deterioração da situação económico-financeira do país com repercussão directa na vida Municipal;

Considerando que o Município de Maфра tem-se caracterizado ao longo dos anos por um equilíbrio económico-financeiro, permitindo-lhe garantir a sua atractividade e competitividade, melhorando a qualidade de vida dos seus

munícipes, o que só tem sido conseguido fruto da implementação das necessárias e atempadas medidas que consubstanciam uma rigorosa gestão;

Considerando a situação de dificuldade financeira que grande parte das famílias se encontram, actualmente, poderá admitir-se reduzir a taxa aprovada em anos transactos, para 4,75%;

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara "deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município", sugere-se que:

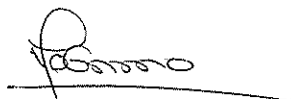
1 – O executivo Municipal proponha fixar, uma percentagem de 4,75% da taxa de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos de 2013 a cobrar em 2014;

2 – A presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

3 – A deliberação da Assembleia Municipal seja comunicada à Autoridade Tributária, até 31 de Dezembro de 2013, nos termos do n.º2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão de G.F.C.P.



Maria do Carmo Graça

Proposta e isenção de
referida taxa.
Hyzfuzi
2013/11/12



24.

162

PARECER

CONCORDO.
À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.

2013/11/12

O (A)

Luís António Leão

()

DESPACHO

Arrecima
fornalhe

12.11.13

O (A)

()

INFORMAÇÃO Interno/2013/12224

Assunto: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2014

O n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 51/2011, de 13 de Setembro, refere a possibilidade de estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal, a qual obedece aos seguintes princípios:

- A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
- O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente pelo município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

Com vista à fixação da referida taxa, deverá a Câmara Municipal deliberar, se assim o entender, propor à Assembleia Municipal, a aprovação de aplicação, no ano de 2014, da percentagem até 0,25% em cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo na área do Município, para todos os clientes finais.

Mais se informa, de que a Câmara Municipal de Mafra apenas propôs a aplicação da TMDP nos anos 2005 e 2006 com o percentual de 0,25%, tendo nos anos seguintes deliberado a não aplicação da respectiva taxa.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão de G.F.C.P.


Maria do Carmo Graça

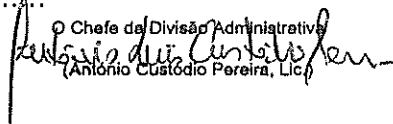
PARECER

CONCORDO.

À Consideração Superior.

...../...../.....

O (A)


O Chefe da Divisão Administrativa
(António Custódio Pereira, Lic.)

()

DESPACHO

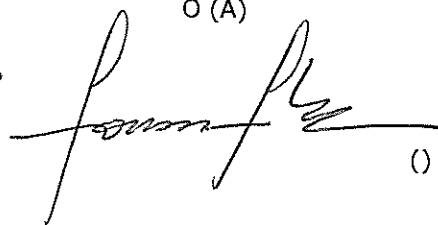
Proporamos que o Anexo seja
presente ao Órgão Executivo - Reunião

Hyfing
2013/11/12

12.11.13

1
A reunião

O (A)


()

INFORMAÇÃO Interno/2013/12230

Assunto: ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL MUNICIPAL

Considerando que foi autorizado pelos Órgãos Executivo e Deliberativo, respectivamente, em 27 e 30 de junho de 2011 a alienação dos bens imóveis identificados no documento anexo, (descrição dos bens e respectivo valor atribuído pela Comissão Municipal de Avaliação);

Considerando que a autorização em apreço foi concedida para o período em vigência do último mandato autárquico;

Considerando que no atual mandato torna-se necessário obter nova autorização para alienação do Património Imóvel Municipal já referenciado;

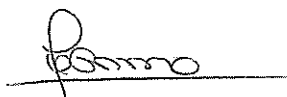
Face ao exposto, propõe-se o seguinte:

- Que a Câmara Municipal delibere, nos termos do previsto na alínea g) do artº 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submeter a autorização da Assembleia Municipal, de acordo com estatuído na alínea i) do nº1 do artº 25º do referido diploma legal, a alienação dos imóveis identificados no documento anexo, de acordo com o calendário que o Executivo considere mais oportuno para a

realização dos seus objectivos. As referidas alienações deverão concretizar-se por hasta pública, tendo por valor base os apurados pela Comissão Municipal de Avaliação e respeitando os necessários Programas de Procedimentos a aprovar pela Câmara Municipal.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão de G.F.C.P.



Maria do Carmo Graça

Anexa-se:

- 1 - Cópias deliberações dos órgãos Executivo e Deliberativo de 27 e 30 de junho de 2011, respectivamente;
- 2 - Proposta para autorização de alienação dos bens imóveis, plantas de Georreferência dos Imóveis Municipais e respectiva avaliações elaboradas pela Comissão de Avaliação.



MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º _____

SESSÃO DE 30/06/2011

____.ª REUNIÃO DE ____/____/____

4. - ASSUNTO ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO IMÓVEL MUNICIPAL. -----

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ____/____/____

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: _____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a alienação dos imóveis ali identificados, em harmonia com os documentos anexos, os quais fazem parte integrante desta deliberação. ---

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Majoria. -----

Votos a Favor: 26 PRO/PSD; 8 PS; 2 CDU-PC/PSI

Votos Contra: 1 BE

Abstenções: 2 CDU; 1 PS

ASSINATURAS:

Leis Ribeiro Alves

[Assinatura]

RUBRICAS:

Fl.....

ACTA DA REUNIÃO DE 27.06.2011 (PÚBLICA)

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do estabelecido no n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Junho do corrente ano, que consistiu na aprovação do envio da candidatura ao financiamento do Banco Europeu de Investimento. -----

--- 2.4. REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA - ZONAS 2, 3 E 4 - PROCEDIMENTO CONCURSAL - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente Informação Interno/2011/3621 subscrita pela técnica superior, Joana Vilas-Boas Lucena, sobre a qual recaíram pareceres de concordância, ambos de 16 de Junho corrente, da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director de Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro e despacho, igualmente, de concordância, datado da mesma data, do Presidente da Câmara (ANEXO X). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 68.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à ratificação do despacho do Presidente, supra referido, pelo qual foi autorizado: adoptar o procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redacção, para a formação de contrato de empreitada de obras públicas referente à execução da empreitada de "Requalificação da Envolvente ao Palácio Nacional de Mafra - Zonas 2,3 e 4"; aprovar o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, incluindo todos os elementos que fazem parte do Projecto de Execução; considerar o preço base de €3.454.527,97 (três milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e sete cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor e um prazo de execução de 420 dias; fornecer, gratuitamente, as peças procedimentais; considerar como critério de adjudicação o da proposta economicamente mais vantajosa; aprovar a constituição do júri para a condução do procedimento. -----

--- 2.5. ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL MUNICIPAL: -----

--- Presente proposta subscrita pelo Vice-Presidente da Câmara, Senhor Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, datada de 21 de Junho corrente, referente ao assunto em epígrafe (ANEXO XI). -----

--- No uso da palavra, o Vereador Pedro Tomás questionou se existe algum projecto para o terreno do Parque e Oficinas, bem como se para o terreno da escola antiga da Ericeira está salvaguardada a criação de lugares de estacionamento. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal interveio, salientando que será necessária autorização para alienação destes imóveis, por parte da Assembleia Municipal, tendo, de seguida, exposto os diversos projectos possíveis para utilização dos diferentes prédios. Assim, explicou que, para o prédio identificado com o artigo urbano 1147, na Rua Prudêncio Franco da Trindade, na Ericeira, está previsto um equipamento de utilização colectiva ou serviços, no qual terá que ser erigida uma infra-estrutura destinada a estacionamento. Mais referiu que, no que se refere aos artigos urbanos 8129 e 8411, sítos na Avenida de Portugal, em Mafra, está previsto um equipamento de utilização colectiva na vertente educativa, que poderá ser uma escola profissional. Para o artigo urbano 7113, sito na Rua da Santa Casa da Misericórdia, em Mafra, pretender-se-ia um equipamento de saúde. Para os artigos urbanos 4116 e 6387, com a área de 2603 m², o destino será equipamento e serviços, eventualmente um restaurante de "fast food". Para o terreno, sito na Av. Sá Carneiro - Parque e Oficinas, constituído pelos artigos urbanos 3273, 3943 e parte do 15-M, o seu enquadramento urbanístico prevê equipamento e serviços, eventualmente, um centro multifuncional, como uma "loja de cidadão", bancos e serviços. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e condições gerais constantes da proposta em apreço face às disposições conjugadas da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à consideração da Assembleia Municipal a autorização para alienação dos seguintes imóveis: Prédio Urbano, com a área de 2.924,00m², sito na Rua Prudêncio Franco da Trindade, Ericeira, U-1147, com o preço de licitação de 1.218.000€; Prédios Urbanos, com a área total de 7.062 m², sítos na Av. de Portugal, Mafra, U-8129 e U-8411, com o preço de licitação de 718.000€; Parcela de Terreno, com a área de 5.225,90 m², correspondente a parte de Prédio Urbano sito na Rua Santa Casa da Misericórdia, Mafra, U-7113, com o preço de licitação de 425.000€; Prédios

RUBRICAS:

Fl.....831..... 167

ACTA DA REUNIÃO DE 27.06.2011 (PÚBLICA)

Urbanos, com a área total de 2.603 m², sitos na Av. Sá Carneiro, Mafra, U-4116 e U-6387, com o preço de licitação de 754.000€; Prédios Urbanos e Prédio Rústico, com a área total de 13.563 m², sitos na Av. Sá Carneiro, Mafra, U-3273, U-3943 e parte do 15-M, com o preço de licitação de 1.551.000€. -----

--- 2.6. IMI - INTERLOCUTOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente Despacho, referente ao assunto identificado em epígrafe, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal, datado de 09 de Junho corrente, cuja cópia se anexa (ANEXO XII). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do estabelecido no n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ratificar o Despacho supra identificado. ----

--- 2.7. FEIRA DOS ALHOS: -----

--- Presente proposta em anexo, datada de 14 de Junho corrente, subscrita pelo Vereador, Dr. José António Parente (ANEXO XIII). -----

--- Analisada a proposta em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do estabelecido no art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, a título excepcional, autorizar a realização da tradicional "Feira da Murgeira, dos Alhos ou de Julho", da Vila de Mafra, no próximo dia 17 de Julho de 2011, na zona do Terreiro D. João V, devendo ser somente comercializados produtos alimentares e típicos desta região. -----

--- 3. DEPARTAMENTO SOCIOCULTURAL: -----

--- 3.1. CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE CAIXA - POSTOS DE COBRANÇA EM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS: -----

--- Presente Informação Interno/2011/3025, datada de 14 de Junho corrente, subscrita pela coordenadora técnica, Paula Matos, do Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo do Departamento Sociocultural, sobre a qual foi emitido parecer de concordância, datado de 15 de Junho p. p, emitido pela respectiva Directora do Departamento (ANEXO XIV). -----

--- Reconhecendo a necessidade de constituição de fundos de caixa a atribuir aos responsáveis dos postos de cobrança das áreas do desporto e educação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, constituir os mesmos, de harmonia com os

PROPOSTA

Alienação de património imóvel municipal.

O Município de Mafra dispõe de património que poderá ser alienável, designadamente:

Designação do Imóvel	Freguesia	Área	Inscrição nas Finanças	Avaliação
Prédio Urbano, com a área de 2.924,00m ² , sito na Rua Prudêncio Franco da Trindade	Ericeira	2.924,00m ²	U-1147	1.218.000 €
Prédios Urbanos, com a área total de 7.062 m ² , sítos na Av. de Portugal	Mafra	1.462,00m ²	U-8129	718.000 €
		5.600,00m ²	U-8411	
Parcela de terreno, com a área de 5.225,9 m ² , correspondente a parte do Prédio Urbano sito na Rua Santa Casa da Misericórdia	Mafra	5,225,90m ²	U-7113	425.000 €
Prédios Urbanos, com a área total de 2.603 m ² , sítos na Av. Sá Carneiro	Mafra	2.125,00m ²	U-4116	754.000 €
		478,00m ²	U-6387	
Prédios Urbanos e Prédio Rústico, com a área total de 13.563 m ² , sítos na Av. Sá Carneiro	Mafra	3.220,00m ²	U-3273	1.551.000 €
		480,00m ²	U-3943	
		9.863,00m ²	Parte do 15-M	

Considerando que:

- a) A actual conjuntura socioeconómica impõe novos e crescentes desafios à administração autárquica, pelo que, no contexto de uma gestão rigorosa, prudente e transparente, importa assegurar os necessários recursos financeiros tendentes à concretização de investimentos prioritários e indispensáveis para o Concelho de Mafra;
- b) Compete à Câmara Municipal, como órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens imóveis de que seja proprietária;
- c) Compete à Assembleia Municipal, como órgão deliberativo do Município e sob proposta da Câmara, de acordo com o estatuído no alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a alienar bens

Anexo XI

Imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;

- d) A alienação em hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo;

Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a autorização da Assembleia Municipal, de acordo com o estatuído na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da citada Lei, a alienação dos imóveis supra identificados no decurso do presente mandato autárquico, de acordo com o calendário que o Executivo considere mais oportuno para a realização dos objectivos supra referidos. As referidas alienações deverão concretizar-se por hasta pública, tendo por valor base os apurados pela Comissão Municipal de Avaliação e respeitando os necessários Programas de Procedimentos a aprovar pela Câmara Municipal.

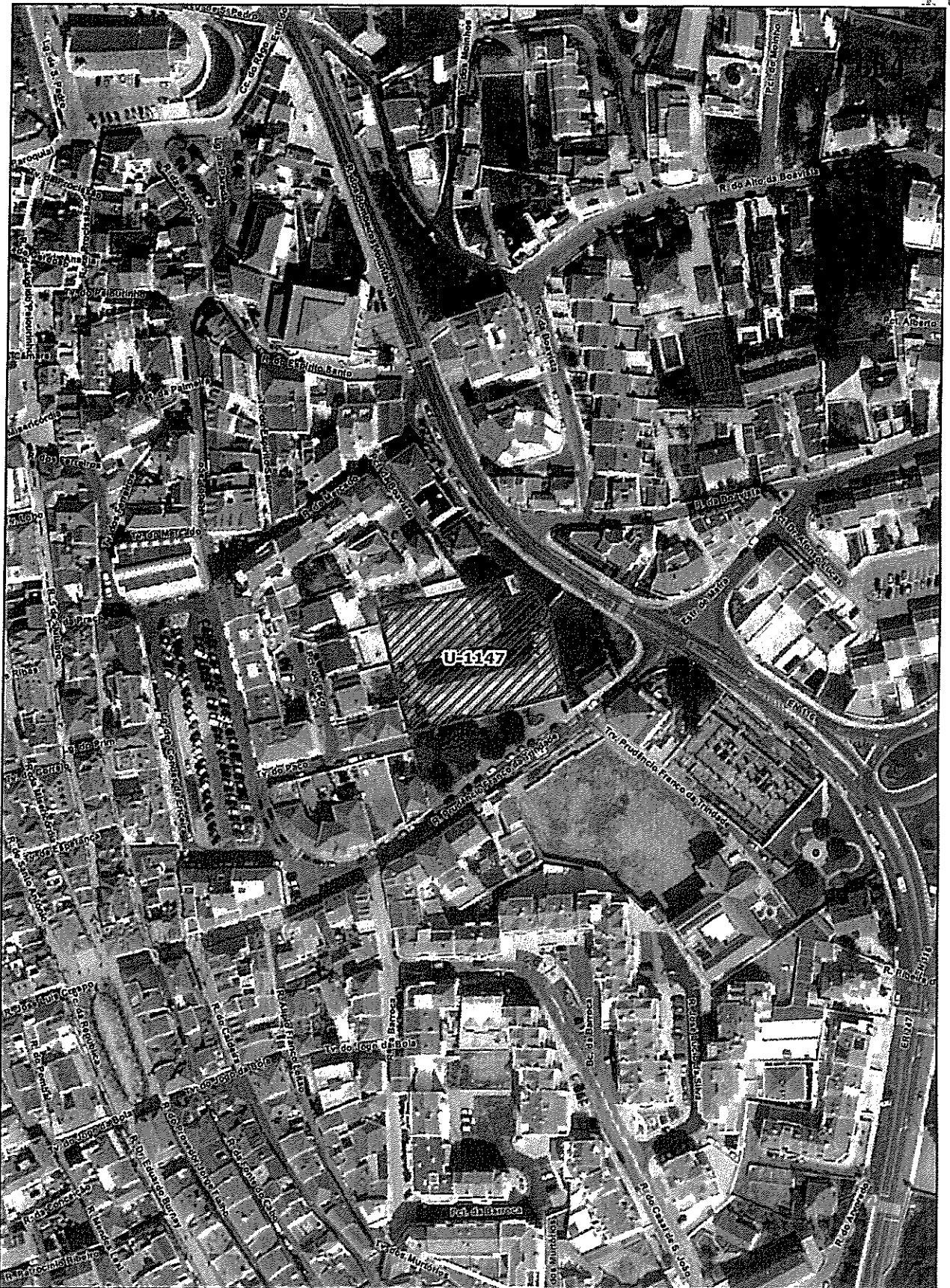
No que se reporta ao prédio correspondente ao art.º urbano 1147, mais se propõe que o preço a pagar pela respectiva alienação possa ser parcialmente satisfeito, mediante uma componente em numerário e outra traduzida na construção de equipamentos de utilização colectiva e/ou serviços, entre os quais, uma infra-estrutura destinada a estacionamento, a localizar no prédio objecto da alienação em causa.

Mafra, 21 de Junho de 2011.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal



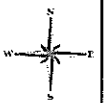
(Gil Ricardo Sardinha Rodrigues)



Câmara Municipal de Mafra

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Área de Sistemas e Informação Geográfica



Título: Georreferenciação de Imóveis Municipais

Escala: 1:2.000

Técnico: BP

Local: Ericeira

Freguesia: ERICEIRA

Data: 22-06-2011

AUTO DE AVALIAÇÃO

ASSUNTO: Terreno da Antiga Escola EB1 – Ericeira, destinado a equipamento de utilização colectiva ou serviços

1 – Introdução

A Comissão Municipal de Avaliação é do parecer de que atendendo aos cálculos que a seguir se apresentam, o valor do terreno que faz parte do artigo 1147, da Freguesia da Ericeira é o seguinte:

Dados de Base:

- Área do Terreno: 2.924,00 m²
- Área de Construção
 - a) Acima da cota de soleira: 2.200,00 m² + 200,00 m² = 2.400,00 m²
 - b) Abaixo da cota de soleira (cave): 5.200,00 m²
- Nº de quartos duplos: 60
- Valor médio de diária por quarto – 70,00 €
- Taxa média de ocupação anual – 70,00%

2 – Avaliação com base no método do rendimento:

- Facturação média mensal:
 $60 \times 70,00 \text{ €} \times 0,70 \times 30 \text{ (dias)} = 88.200,00 \text{ €}$

Departamento de Obras e Urbanismo

- Considerando 62,50% para despesas de funcionamento, obtém-se para o rendimento bruto mensal o seguinte valor:

$$88.200,00 \text{ €} \times 0,375 = 33.075,00 \text{ €}$$

- Admitindo uma taxa de capitalização de 9%, obtém-se o seguinte valor para o Empreendimento:

$$\frac{33.075,00 \text{ €} \times 12 \text{ meses}}{0,09} = 4.410.000,00 \text{ €}$$

3 – Avaliação com base no método de custos:

• Terreno (parcela considerada)	262.000,00 €
• Custo de construção:	
- Acima cota de soleira 2.400,00 m ² x 750,00 €/m ² =	1.740.000,00 €
- Cave	5.200,00 € x 310,00 €/m ² = 1.612.000,00 €
• Arranjos Exteriores	324,00 m ² x 61,73 €/m ² 20.000,00 €
• Encargos Gerais (10% da construção)	335.000,00 €
• Margem (10,00% do PVT)	441.000,00 €
	<hr/>
TOTAL / PVT	4.410.000,00 €

Não se considerou qualquer custo de comercialização porque se admite que é construção efectuada pelo próprio investidor do Empreendimento.

Departamento de Obras e Urbanismo

Os encargos gerais englobam os seguintes custos: projectos, fiscalização, licenciamento, financeiros e administrativos. O valor considerado enquadra-se no tipo e montante dos trabalhos do empreendimento.

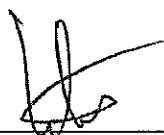
Na avaliação, com base no método dos custos, para determinar a parcela do valor do terreno, considerou-se o PVT igual ao obtido pelo método do rendimento e 10% para a margem. Contudo, o valor global do terreno corresponde à parcela acima indicada, acrescido do custo do equipamento de utilização colectiva e/ou serviços, não afecto à exploração da unidade hoteleira, resultando o seguinte valor final:

Valor total do terreno:

$$262.000,00 \text{ €} + 2.600,00 \text{ m}^2 \times 310,00 \text{ €/m}^2 + 200,00 \text{ m}^2 \times 750,00 \text{ €/m}^2 = 1.218.000,00 \text{ €}$$

Mafra, 22 de Junho de 2011

Os Avaliadores



(João Guilherme Mota, Engº)



(António Sousa Fernandes, Engº)



David Forte, Engº

/CA



Data: 22-06-2011

AUTO DE AVALIAÇÃO

ASSUNTO: Terreno na Avenida de Portugal – Quinta das Pevides – Mafra, destinado a equipamento de utilização colectiva

1 – Introdução

Esta avaliação tem como objectivo determinar o valor do terreno onde vai ser construído um edifício destinado a equipamento de utilização colectiva.

A Comissão Municipal de Avaliação é do parecer de que atendendo aos cálculos que a seguir se apresentam, o valor do terreno que faz parte dos artigos urbanos 8129 e 8411 da Freguesia da Mafra é o seguinte:

Dados de Base:

- Área do Terreno: 7.062,00 m²
- Terreno destinado a: Equipamento de Utilização Colectiva
- Área de Construção:
 - Acima da cota de soleira: 50% da área do lote ou seja:
 $7.062,00 \text{ m}^2 \times 0,5 = 3.531,00 \text{ m}^2$
 - Abaixo da cota de soleira c/v – Consideram-se 1.000,00 m²
- Arranjos Exteriores: $7.062,00 \text{ m}^2 - 1.765,50 \text{ m}^2 = 5.296,50 \text{ m}^2$;

Am
la

2 – Avaliação com base no método de custos

• Terreno (18% do PVT)	718.000,00 €
• Custo de construção:	
- escola	3.531,00 m2 x 625,00 €/m2 = 2.207.000,00 €
- Cave	1.000,00 m2 x 250,00 €/m2 = 250.000,00 €
• Arranjos Exteriores.....	5.296,50 m2 x 28,32€/m2 = 150.000,00 €
• Encargos Gerais (12% dos custos de construção)	265.000,00 €
• Margem (10,00% do PVT)	399.000,00 €
	<hr/>
TOTAL / PVT	3.989.000,00 €

Não se considerou qualquer custo de comercialização porque se admite que é construção efectuada pelo próprio investidor do Empreendimento.

Os encargos gerais englobam os seguintes custos: projectos, fiscalização, licenciamento, financeiros e administrativos. O valor considerado enquadra-se no tipo e montante dos trabalhos do empreendimento.

O valor da margem é aceitável para o mercado actual.

Departamento de Obras e Urbanismo

Conclusão

Para este tipo de equipamento, na zona de Mafra, ponderando a localização e a área envolvida, o valor do terreno ronda os 18,00% do valor, ou seja:


$$3.989.000,00 \text{ €} \times 0,18 \approx 718.000,00 \text{ €}$$

Mafra, 22 de Junho de 2011

Os Avaliadores



(João Guilherme Mota, Engº)

(António Sousa Fernandes, Engº)

David Forte, Engº

/CA



Divisão de Planejamento e Ordenamento do Território
Área de Sistemas e Informação Geográfica



Técnico: BP



AUTO DE AVALIAÇÃO

ASSUNTO: Terreno na Rua da Santa Casa da Misericórdia – Mafra, destinado a equipamento de saúde

1 – Introdução

Esta avaliação tem como objectivo determinar o valor do terreno onde vai ser construído o equipamento acima referido.

A Comissão Municipal de Avaliação é do parecer de que atendendo aos cálculos que a seguir se apresentam, o valor do terreno que faz parte do artigo urbano 7113 da Freguesia da Mafra é o seguinte:

Dados de Base:

- Área do Terreno: 5.225,90 m²
- Terreno destinado a: Equipamento de Saúde
- Área de Construção:
 - Acima da cota de soleira r/c (serviços): 1.500,00 m²;
 - Alpendres (r/c): 350,00 m²
 - Abaixo da cota de soleira c/v (anexos): 1.000,00 m²
- Arranjos Exteriores: 5.225,90 m² – 1.850,00 m² = 3.375,90 m²;

2 - Avaliação com base no método de custos

• Terreno (20% do PVT)	425.000,00 €
• Custo de construção:	
- r/c	
áreas fechadas.....	1.500,00 m2 x 700,00 €/m2 = 1.050.000,00 €
alpendres.....	350,00 m2 x 200,00 €/m2 = 70.000,00 €
- Cave	1.000,00 m2 x 200,00 €/m2 = 200.000,00 €
• Arranjos Exteriores.....	3.375,90 m2 x 11,85€/m2 = 40.000,00 €
• Encargos Gerais (12% dos custos de construção)	163.000,00 €
• Margem (8,50% do PVT)	180.000,00 €
<hr/>	
TOTAL / PVT	2.128.000,00 €

Não se considerou qualquer custo de comercialização porque se admite que é construção efectuada pelo próprio investidor do Empreendimento.

Os encargos gerais englobam os seguintes custos: projectos, fiscalização, licenciamento, financeiros e administrativos. O valor considerado enquadra-se no tipo e montante dos trabalhos do empreendimento.

O valor da margem é aceitável para o mercado actual.

Departamento de Obras e Urbanismo

Para este tipo de equipamento, em Mafra, o valor do terreno ronda os 20,00% do valor do empreendimento, ou seja:

$$2.128.000,00 \text{ €} \times 0,20 \approx 425.000,00 \text{ €}$$

Mafra, 22 de Junho de 2011


Os Avaliadores



(João Guilherme Mota, Engº)



(António Sousa Fernandes, Engº)



David Forte, Engº

/CA

AUTO DE AVALIAÇÃO

ASSUNTO: Terreno na Avenida Sá Carneiro (Parque e Oficinas) – Mafra, destinado a equipamentos ou serviços

1 – Introdução

Esta avaliação tem como objectivo determinar o valor do terreno onde vai ser construído um ou vários edifícios destinados a equipamentos e/ou serviços.

A Comissão Municipal de Avaliação é do parecer de que atendendo aos cálculos que a seguir se apresentam, o valor do terreno que faz parte dos artigos urbanos 3273, 3943 e Parte do 15-M da Freguesia da Mafra é o seguinte:

Dados de Base:

- Urbano: 2.000,00 m² (1)
- Industrial: 11.563,00 m² (2)
- Área do Terreno: 13.563,00 m²

Enquadramento Urbanístico no âmbito do PDM:

- Equipamento e Serviços (1)
- Equipamento e Serviços (2)
- Índice de Construção: 0,50 → Área de Construção: 6.781,50 m²



Departamento de Obras e Urbanismo

184

178

2 – Avaliação com base no método de custos

• Terreno (26% PVT)	1.551.000,00 €
• Custo de construção6.781,50 m ² x 490,00 €/m ² =	3.323.000,00 €
• Arranjos Exteriores.....6.781,50 m ² x 25,07€/m ² =	170.000,00 €
• Encargos Gerais (11% dos custos de construção)	384.000,00 €
• Margem (9,00% do PVT)	537.000,00 €
<hr/>	
TOTAL / PVT	5.965.000,00 €

Não se considerou qualquer custo de comercialização porque se admite que é construção efectuada pelo próprio investidor do Empreendimento.

Os encargos gerais englobam os seguintes custos: projectos, fiscalização, licenciamento, financeiros e administrativos. O valor considerado enquadra-se no tipo e montante dos trabalhos do empreendimento.



Departamento de Obras e Urbanismo

Para este tipo de equipamento, em Mafra, ponderando o potencial do terreno a localização e a área envolvida, o valor do terreno ronda os 26,00% do valor do empreendimento, ou seja:

$$5.965.000,00 \text{ €} \times 0,26 \approx 1.551.000,00 \text{ €}$$

Mafra, 22 de Junho de 2011

Os Avaliadores

(João Guilherme Mota, Engº)

(António Sousa Fernandes, Engº)

David Forte, Engº

/CA



Câmara Municipal de Mafra

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Área de Sistemas e Informação Geográfica



Título: Georreferenciação de Imóveis Municipais

Local: Mafra

Freguesia: MAFRA

Escala: 1:2.000

Data: 22-06-2011

Técnico: BP

AUTO DE AVALIAÇÃO

ASSUNTO: Terreno na Avenida Sá Carneiro - Mafra, destinado a equipamentos ou serviços

1 - Introdução

Esta avaliação tem como objectivo determinar o valor do terreno onde vai ser construído um edifício destinado a equipamentos ou serviços.

A Comissão Municipal de Avaliação é do parecer de que atendendo aos cálculos que a seguir se apresentam, o valor do terreno que faz parte dos artigos urbanos 4116 e 6387 da Freguesia da Mafra é o seguinte:

Dados de Base:

- Artigo 4116: 2.125,00 m²
- Artigo 6387: 478,00 m²
- Área do Terreno: 2.603,00 m²

Enquadramento Urbanístico no âmbito do PDM:

- Terreno Industrial (Equipamento e Serviços)
- Índice de Construção: 0,50 → Área de Construção: 1.301,50 m²

hm
ls

2 - Avaliação com base no método de custos

• Terreno (30% PVT)	754.000,00 €
• Custo de construção	
r/c	1.301,50 m ² x 700,00 €/m ² = 911.000,00 €
cave	600,00 m ² x 32,50 €/m ² = 195.000,00 €
• Arranjos Exteriores.....	1.301,50 m ² x 59,93€/m ² = 78.000,00 €
• Encargos Gerais (15% dos custos de construção)	173.000,00 €
• Margem (16,00% do PVT)	402.000,00 €
	<hr/>
TOTAL / PVT	2.513.000,00 €

Não se considerou qualquer custo de comercialização porque se admite que é construção efectuada pelo próprio investidor do Empreendimento.

Os encargos gerais englobam os seguintes custos: projectos, fiscalização, licenciamento, financeiros e administrativos. O valor considerado enquadra-se no tipo e montante dos trabalhos executados.

A margem considerada é um pouco acima da média geral, mas é coerente com a localização e o tipo de negócio que pode proporcionar.

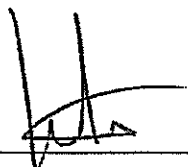
Departamento de Obras e Urbanismo

Para este tipo de equipamento, em Maфра, ponderando o potencial do terreno, a localização na Av. Sá Carneiro e a área envolvida, o valor do terreno ronda os 30,00% do valor do empreendimento, ou seja:

$$2.513.000,00 \text{ €} \times 0,30 \approx 754.000,00 \text{ €}$$

Maфра, 22 de Junho de 2011

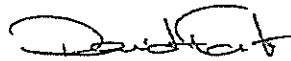
Os Avaliadores



(João Guilherme Mota, Engº)



(António Sousa Fernandes, Engº)



David Forte, Engº

Departamento de Obras e Urbanismo
Divisão de Edifícios e Administração Directa
Edifícios e Arranjos Exteriores

INFORMAÇÃO

Alienação do Património Imóvel Municipal

A Comissão de Avaliação, após analisar as avaliações dos bens abaixo indicados, efectuadas em 22 de Junho de 2011, informa que os valores das mesmas se encontram actuais à data de hoje, ou seja, conforme quadro a seguir apresentado.

Designação do Imóvel	Freguesia	Área	Inscrição nas Finanças	Avaliação
Prédio Urbano, com a área de 2.924,00 m ² , sito na Rua Prudêncio Franco da Trindade	Ericeira	2.924,00 m ²	U-1147	1.218.000 €
Prédio Urbano, com a área total de 7.062 m ² , sito na AQv. E Portugal	Mafra	1.462,00 m ² 5.600,00 m ²	U-B129 U-8411	718.000 €
Parcela de terreno, com a área de 5.225,9 m ² , correspondente a parte do Prédio Urbano sito na Rua Santa Casa da Misericórdia	Mafra	5.225,90 m ²	U-7113	425.000 €
Prédio Urbano, com a área total de 2.603 m ² , sitos na Av. Sá Carneiro	Mafra	2.125,00 m ² 478,00 m ²	U-4116 U-6387	754.000 €
Prédio Urbano e Prédio Rústico, com a área total de 13.563 m ² , sitos na Av. Sá Carneiro	Mafra	3.220,00 m ² 480,00 m ² 9.863,00 m ²	U-3273 U-3943 Parte do 15-M	1.551.000 €

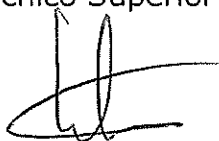
Mafra, 12 de Novembro de 2013

O Chefe de Divisão



(António Sousa Fernandes)

O Técnico Superior



(João Guilherme Mota)

O Técnico Superior



(Joaquim Manuel Lopes)

AF/CA

PARECER

À Consideração Superior o
Possível agendamento para
reunião de Câmara

O Chefe da Divisão Administrativa
(António Custódio Pereira, Lic.)
António Custódio Pereira

...../...../.....

O (A)

tendo em conta a
interrelação entre,
por um lado, o que o assente
seja submetido ao
caso executivo

()

A Chefe de Divisão de
Contratação Pública
(Ana do Carmo Grego, Dra.)
Ana do Carmo Grego

DESPACHO

Proporho que o assunto seja
presente à Reunião do Orgão Executivo

Hyfj
2013/11/12

12/11/13

O (A)

A reunião *foumfe* ()

INFORMAÇÃO Interno/2013/12186

Assunto: Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento denominado "Bar La Luna" na Ericeira

Relativamente ao assunto identificado em epígrafe, informo o seguinte:

- Em 10-10-2013, a entidade exploradora do estabelecimento "Bar La Luna", solicitou, através do requerimento Entrada/2013/24885, alargamento do horário de funcionamento para abertura às 11:00 horas e encerramento às 03:00 horas com o fundamento de o estabelecimento se situar numa zona com muito movimento turístico, justificando-se o encerramento mais tarde, tendo em conta que os clientes se deslocam para os bares cada vez mais tarde.
- Para o referido estabelecimento foi emitido o mapa de horário de funcionamento em 2008/04/17, com abertura às 11:00h e encerramento às 02:00h, com encerramento para descanso semanal à segunda-feira.
- O n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público do Concelho de Maфра estabelece que os cafés, cervejarias, restaurantes, snack-bares, self-services e outros estabelecimentos análogos, poderão estar abertos até às 02h00 de todos os dias da semana. De acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal tem competência para alargar o horário de

funcionamento, a requerimento do interessado, devidamente fundamentado e desde que se observem os requisitos sites mencionados na alínea a), b) e c) do n.º 3 do referido artigo que se mencionam:

- Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de actividades profissionais ligadas ao Turismo o justifiquem;
- Não afectem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;
- Não desrespeitem as características sócio – culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

De acordo com o artigo 5.º do referido Regulamento, foram consultadas as seguintes entidades para emissão de parecer no prazo de 8 dias úteis: **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra, DECO** – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, **ACISM** – Associação do Comércio, Indústria e Serviços do concelho de Mafra, **Serviço de Polícia Municipal, STIHTRS** – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul e **Junta de Freguesia da Ericeira**, tendo sido recepcionados os seguintes pareceres:

- ✓ **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra** – Está inserido numa zona habitacional pelo que é parecer deste Comando que o alargamento do horário de funcionamento até às 03H00 não é favorável para a ordem, tranquilidade pública e paz social, considerando este Comando que o horário de funcionamento de referido estabelecimento bem como de outros similares não deverá exceder as 02H00, possibilitando uma atuação e articulação policial equilibrada na gestão da conflitualidade social inerente à exploração deste tipo de estabelecimentos.
- ✓ **DECO** – Considera que na defesa dos interesses dos consumidores, o horário de funcionamento deve ser o mais amplo possível e abranger todos os dias da semana, considerando igualmente que caberá às Câmaras Municipais decidir qual o período de funcionamento dos estabelecimentos devendo ter em conta diversos requisitos nomeadamente se o alargamento não afecta a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes; se não põe em causa a qualidade de vida dos cidadãos residentes; se não desrespeita as características sócio-culturais, e ambientais da zona, assim como as condições de circulação e

estacionamento; devem ter sempre em consideração os interesses dos consumidores e as novas necessidades e exigências de mercado.

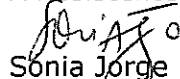
- ✓ **ACISM** – Cumpridos todos os normativos legais entende que se encontram reunidas as formalidades exigidas para o deferimento do pedido apresentado, pelo que o parecer é favorável.
- ✓ **SPM (Serviço de Polícia Municipal)** – O estabelecimento encontra-se localizado no interior de consolidado urbano, sendo que, e por uma questão de princípio, neste tipo de situação é entendido que acima de tudo deverá ser preservado o sossego dos moradores, salvo quando as pessoas que possam vir a ser prejudicadas manifestem a sua anuência quanto ao seu funcionamento em zonas por excelência residenciais. De salientar que o horário de funcionamento requerido (para além das 02H00) poderá colocar em causa a tranquilidade e repouso dos residentes, tal como resulta de reclamação existente no passado, formalizada junto dos serviços da Câmara Municipal de Mafra, a qual deu origem ao processo de queixa n.º 9.2.8/2008/8. O parecer é DESFAVORÁVEL, devendo a entidade exploradora, ainda assim, minimizar os riscos de incomodidade provocados, em cumprimento da legislação aplicável em matéria do ruído.
- ✓ **STIHTRS** – Pronunciou-se favoravelmente, não tendo nada a opor.
- ✓ **Junta de Freguesia de Ericeira** – A Junta não vê qualquer inconveniente no alargamento do horário do “Bar La Luna” desde que haja um parecer favorável do condomínio, dado que o estabelecimento se encontra em espaço privado.

Mais informo, que em reunião de 19/8/2013, foi deliberado autorizar a título excepcional e provisório o alargamento do horário de encerramento, para as 03:00 horas, apenas até 30 de Setembro do corrente ano.

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão de alargar o horário de funcionamento às 03:00h, em reunião do executivo camarário.

2013/11/11

A Assistente Técnica


Sonia Jorge

*Conforme informado, propõe-se
que seja decidido em reunião do executivo
a proposta de deferimento do
alargamento do horário até às 3:00h.
A consideração superior.*

A Técnica Superior

Rita Varela 2013/11/11

Propõe-se que o assunto seja
presente à reunião do Orgão
Executivo.

H. F. F. J.
2013/11/12

PARECER

CONCORDO.

À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR O POSSÍVEL
AGENDAMENTO PARA REUNIÃO DE CÂMARA.

2013/11/12

Assunto: Mercado Municipal de Maфра

O (A)

Propõe-se que o assunto seja
submetido à deliberação do órgão
executivo.

À consideração superior, A Chefe de Divisão de
Gestão Financeira e Contratação Pública,
(Maria do Carmo Graça, Dr.)

()

2013.11.12

DESPACHO

A reunião

12.11.13

O (A)

f. f. f. f.

()

INFORMAÇÃO Interno/2013/11998

Assunto: Mercado Municipal de Maфра - Arrematação em hasta pública do direito de ocupação de uma ou duas lojas.

Relativamente ao assunto cumprem estes serviços informar que as duas lojas/talhos, estão actualmente desocupadas.

Submete-se à consideração superior o procedimento de arrematação em hasta pública de uma ou duas lojas do mercado municipal de Maфра, nas condições constantes nos documentos anexos à presente informação.

Para o acto propõe-se que seja designada a comissão constituída pelos seguintes membros:

Membros efectivos:

Presidente: Maria do Carmo Graça, Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública;

1.º Vogal: Rita Varela, Técnica Superior;

2.º Vogal: Ana Domingos; Técnica Superior.

Membros suplentes:

1.º Vogal: António Custódio Pereira, Chefe de Divisão Administrativa;

2.º Vogal: Bernadete Calhaço, Técnica Superior.

Na ausência ou impedimento do Presidente da Comissão, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efectivo.

À consideração Superior

6.11.2013

A Assistente Técnica,

Maria João

Maria João Paulino

*A consideração superior, a proposta da present
informação.*

R.
12/11/2013

A Técnica Superior
Rita Varela

MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA
ARREMATÇÃO EM HASTA PÚBLICA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE 1 OU 2 LOJAS

1. Condições de apresentação de proposta

- a) As propostas para o objecto da arrematação, elaborada de acordo com o modelo (**Anexo I**), será apresentada em envelope fechado que contenha no rosto a identificação do proponente e indicação "Proposta para arrematação em hasta pública do direito de ocupação de 1 ou 2 lojas do Mercado Municipal de Mafra" (**Anexo II**).
- b) As propostas elaboradas, de acordo com o modelo referido na alínea anterior, serão entregues no prazo indicado no respectivo edital, no Município de Mafra, no Serviço de Atendimento ou remetidas pelo correio, registadas com aviso de recepção. Neste ultimo caso, o envelope fechado referido na alínea anterior deverá ser encerrado por sua vez num segundo envelope dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e com a identificação do proponente (**Anexo III**);
- c) Se o envio da proposta for feito via C.T.T. o concorrente será o único responsável pelos atrasos que se verifiquem, não podendo, por isso, apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar após o prazo estipulado para a entrega da proposta, que depois de recebida não poderá ser retirada.

2. Abertura das propostas

- a) O acto público de abertura das propostas será realizado na data e hora indicada no Edital dos Paços do Município;

- b) Não serão abertos os sobrescritos, com proposta, cujo proponente ou representante com poderes para tal, não esteja presente no acto público;

3. Trabalhos a executar

3.1 Todos os trabalhos de remodelação da(s) loja(s), serão da responsabilidade do Concessionário, nomeadamente construção civil, sistemas de segurança, redes de água, esgotos, instalações eléctricas e de telecomunicações;

3.2 Todos os trabalhos de manutenção da(s) loja(s) ao longo da exploração, serão da responsabilidade do Concessionário, excluindo os de natureza estrutural e, eventuais, infiltrações provenientes do exterior, que serão da responsabilidade da CMM (Câmara Municipal de Mafra);

3.3 Os Concessionários deverão apresentar os projectos para a(s) loja(s), indicando as obras que pretendem executar e o respectivo orçamento, a fim de serem analisados e aprovados pela CMM, sendo que os projectos terão que cumprir todas as exigências legais e não alterar a fachada do edifício. Os orçamentos apresentados devem separar os trabalhos que respeitam a obras que no final da exploração reverterem a favor da CMM, dos restantes trabalhos / equipamentos. Mais se informa que a aprovação de algum projecto específico, inerente à actividade da(s) loja(s), que careça de aprovação de qualquer Entidade externa à CMM, é da responsabilidade dos Concessionários;

3.4 No final da concessão os Concessionários terão que entregar a(s) loja(s) em bom estado e utilizáveis, sendo que todos os trabalhos executados pelos Concessionários ao longo do período de exploração, reverterão para a Câmara Municipal, sem qualquer encargo para esta, excepto os equipamentos amovíveis, nomeadamente arcas frigoríficas; os equipamentos de ar condicionado e segurança, que podem ser retirados. Porém, os equipamentos acima referidos que podem ser retirados, se o Concessionário não os retirar até à data da entrega da(s) loja(s) são

- **Mau:** A proposta apresentada não contempla soluções adequadas para o local, a memória descritiva e justificativa não reflecte uma percepção da realidade e especificidade da zona e não apresenta preocupações no que diz respeito à manutenção da(s) loja(s) e às questões de higiene e segurança.....**[0-2] pontos**

-**Insuficiente:** A proposta apresentada contempla soluções insuficientes e pouco adequadas para o local, a memória descritiva e justificativa apresenta insuficiências no que diz respeito à percepção da realidade e especificidade da zona e apresenta uma insuficiente preocupação no que diz respeito à manutenção da(s) loja(s) e às questões de higiene e segurança.....**[2-4] pontos**

- **Suficiente:** A proposta apresentada contempla soluções suficientes e adequadas ao exigido para o local, a memória descritiva e justificativa apresenta uma percepção suficiente no que diz respeito à realidade e especificidade da zona e apresenta uma suficiente preocupação no que diz respeito à manutenção da(s) loja(s) e às questões de higiene e segurança.**[4-6] pontos**

- **Bom.** A proposta apresentada contempla soluções boas e adequadas ao exigido num projecto desta natureza, a memória descritiva e justificativa do conceito e sua execução reflecte uma boa percepção da sua realidade e especificidade, particularizando todos os aspectos essenciais da mesma, demonstrando uma preocupação em contemplar uma unificação em toda a proposta e apresenta uma boa preocupação no que diz respeito à manutenção da(s) loja(s) e às questões de higiene e segurança**[6-8] pontos**

- **Excelente** A proposta apresentada contempla soluções que, sendo adequadas ao exigido num projecto desta natureza, contém uma excelente proposta no que diz respeito à unificação do conceito decorativo, à inovação, aos materiais a aplicar, aos métodos de concepção/execução, ao método de exploração, à sustentabilidade e planeamento económico/social; A memória descritiva e justificativa reflecte uma inequívoca percepção da sua realidade e especificidade,

considerados como pertencentes à CMM. Caso seja retirado algum equipamento, os Concessionários terão que efectuar os necessários remates de construção civil de forma a deixarem as lojas utilizáveis.

3.5 Caso os Concessionários não deixem a(s) loja(s) em bom estado e utilizáveis, a CMM poderá mandar executar os respectivos trabalhos a expensas dos respectivos Concessionários;

3.6 Os concorrentes podem apresentar propostas para cada uma das lojas isoladamente ou para as 2 lojas e depois ligá-las entre si, de forma a funcionarem como uma única loja.

4. Critérios de Adjudicação

4.1 – Os critérios de adjudicação é o da **proposta economicamente mais vantajosa**, tendo em conta os seguintes factores, indicados por ordem decrescente de importância:

- a) Qualidade do Projecto de Exploração (40%);**
- b) Valor da Prestação Mensal (40%);**
- c) Valor das obras a executar (20%);**

4.2 - Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos critérios de apreciação indicados em 4.1 será aplicada a seguinte metodologia:

a) A qualidade do projecto de exploração – Destina-se a ponderar o mérito da memória descritiva, no que respeita às intenções da ocupação do espaço e ao tipo de exploração, ponderando a forma como irá dinamizar o Mercado existente e o próprio mercado local.

Este factor será pontuado segundo uma escala qualitativa predeterminada a que corresponderá a seguinte correspondência numérica:

particularizando com excelência todos os aspectos essenciais da mesma, demonstrando uma preocupação em contemplar uma unificação em toda a proposta. A proposta apresentada revela uma excelente adequação à realidade da vivência local e de todo o conceito estabelecido; Demonstra um excelente conceito decorativo estabelecendo relações directas entre os espaços e actividades inerentes ao mesmo; Apresenta uma excelente preocupação no que diz respeito à manutenção da(s) loja(s) e às questões de higiene e segurança.....[8-10] pontos

b) Valor da Prestação Mensal:

Não há valor mínimo nem máximo, sendo a pontuação de acordo com uma recta definida da seguinte forma:

Loja 1: 250 € - 4 pontos; 500 € - 8 pontos;

Loja 2: 150 € - 4 pontos; 300 € - 8 pontos.

c) Valor das obras a executar:

Este item será pontuado de acordo com uma recta definida da seguinte forma:

Loja 1: 6 000 € - 4 pontos; 12 000 € - 8 pontos;

Loja 2: 4 000 € - 4 pontos; 8 000 € - 8 pontos.

Nota₁: Para a atribuição desta pontuação, no valor das obras apenas se consideram as obras que no final da exploração reverterem a favor da CMM. Caso o orçamento apresentado esteja inflacionado o seu valor será corrigido para valores médios praticados na zona, para trabalhos análogos, ou, se necessário, a CMM poderá solicitar outros orçamentos para executar os mesmos trabalhos, prevalecendo o valor mais baixo para efeitos de classificação, sendo que os trabalhos serão sempre executados pelos Concessionários.

Nota₂: A CMM reserva-se o direito de não adjudicar nas seguintes condições:

1 – O valor da prestação mensal estar muito desajustado do mercado local de arrendamento e/ou a qualidade do projecto de exploração não ser considerado vantajoso para a CMM;

2 – Um concorrente ter apresentado proposta para uma loja e haver uma proposta para a concessão das duas, que no conjunto é muito mais vantajosa para a CMM.

5. Prazo da Concessão

O direito de ocupação pela arrematação é fixado pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data da arrematação automaticamente renováveis, por iguais períodos, sem prejuízo dos direitos de denúncia ou rescisão, previstos na lei ou regulamento municipal aplicáveis.

6. Actualização da Prestação Mensal

A prestação mensal será actualizada em Janeiro de cada ano, por aplicação do índice de preços no consumidor, publicado pelo INE e relativo aos últimos doze meses conhecidos.

7. Funcionamento

O funcionamento da(s) loja(s) será regulado de acordo com o Regulamento dos Mercados Municipais em vigor.

8. Outros encargos do Concessionário

Em complemento ao ponto 3.2, ficam a cargo do concessionário todas as despesas com a manutenção da(s) loja(s) em perfeito estado de asseio, conservação e segurança bem como as despesas inerentes ao consumo de água, electricidade, gás, etc.

9. Disposições Finais

Tudo o que não estiver especialmente previsto nestas condições, será regulado pelas disposições legais aplicáveis.

ANEXO I

(MODELO DA PROPOSTA)

_____nome/firma),
_____ (n.º de contribuinte), _____ (morada/sede),
depois ter tomado conhecimento do objecto da arrematação, a que se refere o
Edital n.º _____ datado de _____, propõe-se arrematar

Data _____

(assinatura)

ANEXO II

ENVELOPE CONTENDO PROPOSTA – MODO DE APRESENTAÇÃO

Nome do Proponente

Endereço

“Proposta para arrematação em hasta pública de 1 ou 2 lojas
do Mercado Municipal de Mafra”



ANEXO III

ENVELOPE QUANDO ENVIADO VIA CTT – MODO DE APRESENTAÇÃO

Nome do Proponente

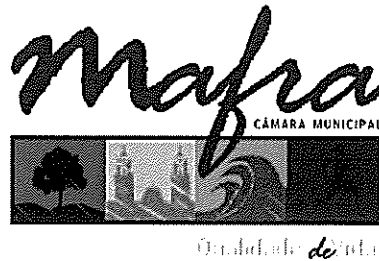
Endereço

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município

2644-001 MAFRA



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

M E R C A D O M U N I C I P A L D E M A F R A

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1. Introdução

A presente memória descritiva e justificativa visa a mudança de utilização dos espaços existentes no Mercado Municipal de Mafra destinados a talho, que a Câmara Municipal de Mafra pretende levar a efeito.

A mudança de utilização referida no parágrafo anterior tem como objectivo a reconversão daqueles dois espaços em espaços destinados a comércio no sentido lato do termo, conferindo assim aos mesmos condições sanitárias e funcionais para qualquer ramo do comércio.

2. Organização espacial

Tal como foi referido no capítulo anterior, a intervenção em estudo incide-se sobre dois espaços existentes no Mercado Municipal de Mafra destinados a talho, conferindo-lhe condições de modo a poderem assumir outras funcionalidades e a servirem melhor a população.

Mais é de referir, que é ainda proposta a conversão do espaço destinado a armazém existente no Piso 1 em vestiário, servindo assim a todos os vendedores do mercado. Entretanto, é de salientar que no Piso 1 existem instalações sanitárias para ambos os sexos de apoio aos vendedores e aos utentes.

A intervenção em estudo compreende assim a seguinte definição de espaços:

Piso 0

- Zona de venda de pão
- Zona de venda de artesanato
- Zona de venda de flores
- Zona de venda de legumes
- Zona de venda de peixe
- Loja 1
- Loja 2
- Arrecadações

Piso 1

- Gabinete de Fiscalização
- Vestiário
- Arrecadação
- Instalações sanitárias masculina
- Instalações sanitárias feminina

4. Elementos construtivos

Pavimento

Em toda a extensão dos espaços criados será aplicado mosaico cerâmico natural.

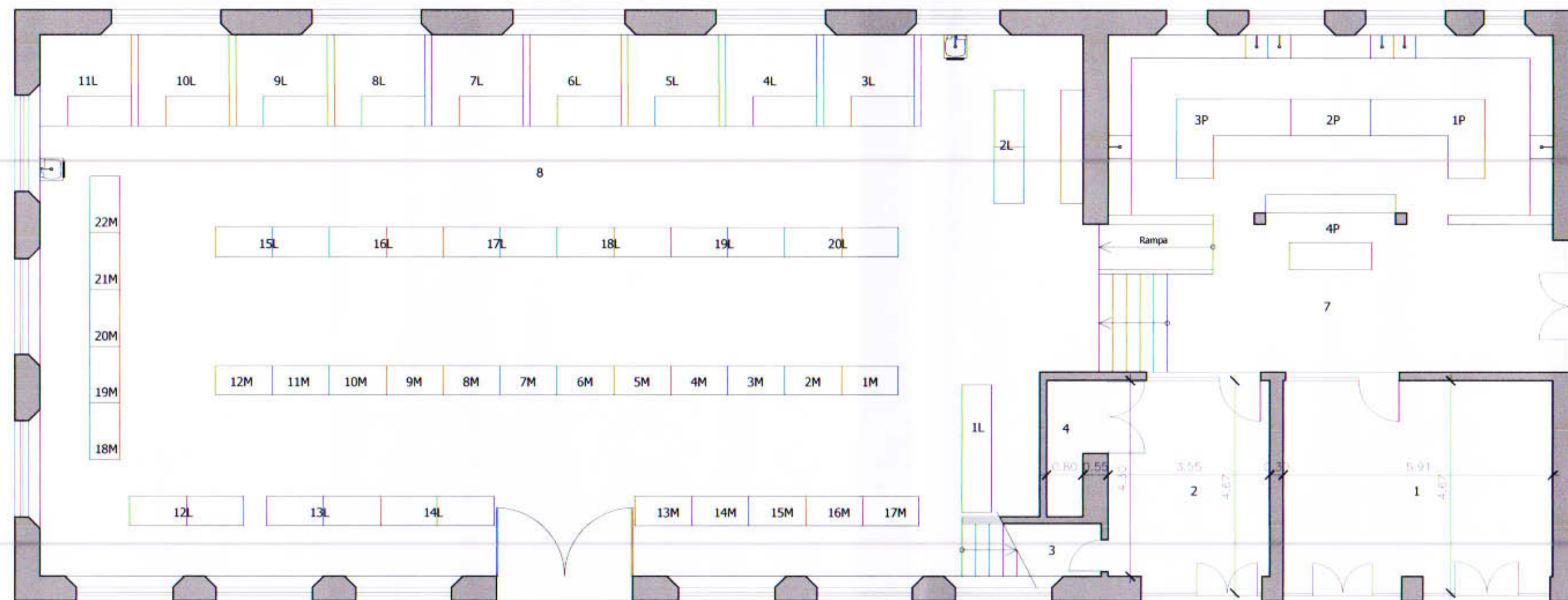
Paredes

As paredes interiores serão em alvenaria de tijolo revestidas com mosaico cerâmico vitrificado até a altura de 2.00m.

Tudo quanto omissa respeitar-se-á os regulamentos e normas em vigor.

Mafra, Novembro de 2013

Arqto. insc. na OAP nº 5076

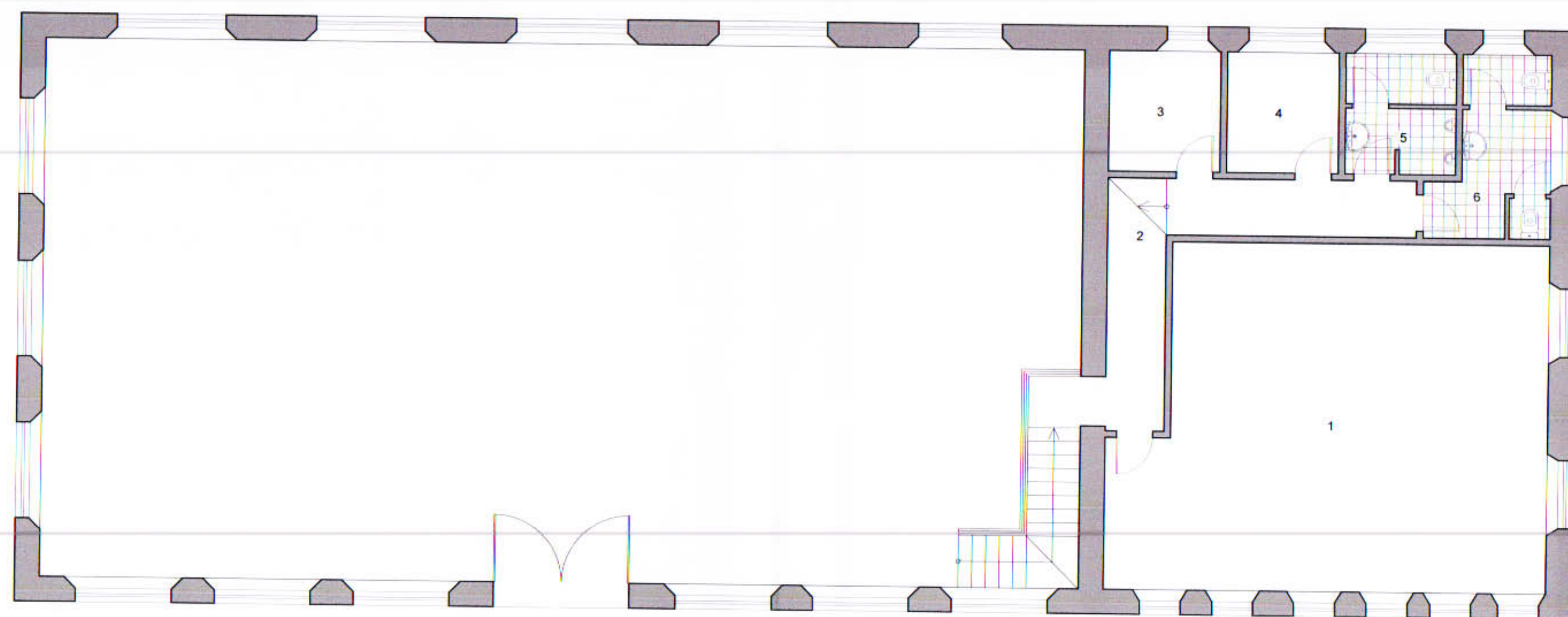


MERCADO MUNICIPAL		
RET.	DESIGNAÇÃO	ÁREA ÚTIL
1	Loja	27.40m ²
2	Loja	16.22m ²
3	Arrecadação	2.80m ²
4	Arrecadação	3.22m ²
Área de construção		446.20m ²

VENDEDORES			
N.º	NOME	PRODUTO	ÁREA (APROX.)
1L		PÃO	4.90 m ²
2L		ARTESANATO	4.90 m ²
3L		FLORES	4.00 m ²
4L		LEGUMES	4.00 m ²
5L		LEGUMES	4.00 m ²
6L		LEGUMES	4.00 m ²
7L		LEGUMES	4.00 m ²
8L		LEGUMES	4.00 m ²
9L		QUEIJDOS	4.00 m ²
10L		FLORES	4.00 m ²
11L		FLORES	4.00 m ²
12L		LEGUMES	4.65 m ²
13L		LEGUMES	4.65 m ²
14L		LEGUMES	4.65 m ²
15L		LEGUMES	4.65 m ²
16L		LEGUMES	4.65 m ²
17L		LEGUMES	4.65 m ²
18L		LEGUMES	4.65 m ²
19L		LEGUMES	4.65 m ²
20L		LEGUMES	4.65 m ²
1M		LEGUMES	2.30 m ²
2M		LEGUMES	2.30 m ²
3M		LEGUMES	2.30 m ²
4M		LEGUMES	2.30 m ²
5M		LEGUMES	2.30 m ²
6M		LEGUMES	2.30 m ²
7M		LEGUMES	2.30 m ²
8M		LEGUMES	2.30 m ²
9M		LEGUMES	2.30 m ²
10M		LEGUMES	2.30 m ²
11M		LEGUMES	2.30 m ²
12M		LEGUMES	2.30 m ²
13M		LEGUMES	2.20 m ²
14M		LEGUMES	2.20 m ²
15M		LEGUMES	2.20 m ²
16M		LEGUMES	2.20 m ²
17M		LEGUMES	2.20 m ²
18M		LEGUMES	2.20 m ²
19M		LEGUMES	2.20 m ²
20M		LEGUMES	2.20 m ²
21M		LEGUMES	2.20 m ²
22M		LEGUMES	2.20 m ²
1P		PEIXE	12.85 m ²
2P		PEIXE	3.85 m ²
3P		PEIXE	12.85 m ²
4P		PEIXE	2.20 m ²

ALTERADO EM:	MOTIVO:	O TÉCNICO:	APROVADO:

		CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA		DOU	
				DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO	
ARQUITECTO: <i>Nov/2013</i> <i>João Faria</i>		ASSUNTO: MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA		VERIFICAÇÃO:	
DESENHADOR: <i>Nov/2013</i> <i>João Faria</i>		PROJECTO DE ARQUITECTURA		APROVAÇÃO:	
ENGENHEIRO:		LOCAL: MAFRA			
TOPOGRAFO:					
URBANISTA:					
N.º DE ARQUIVO:	N.º PROCESSO:	DESIGNAÇÃO:	PLANTA DO PISO 0		ESCALA: 1/100
	DATA: NOVEMBRO 2013				DESENHO N.º: 01
					FASE DO PROJECTO: PROJECTO BASE



MERCADO MUNICIPAL		
REF.	DESIGNAÇÃO	AREA UTIL
1	ARRECADACÃO	68,90m ²
2	CIRCULAÇÃO	14,15m ²
3	GABINETE FISCALIZAÇÃO	6,50m ²
4	VESTIÁRIO	6,50m ²
5	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS MASC.	6,45m ²
6	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS FEM.	8,95m ²
AREA DE CONSTRUÇÃO		141,10m ²

ALTERADO EM: _____ MOTIVO: _____ O TÉCNICO: _____ APROVADO: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DOU

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

ARQUITECTO: Nov/2013 José Fina
DESENHADOR: Nov/2013 José Fina
ENGENHEIRO: _____
TOPÓGRAFO: _____
URBANISTA: _____

ASSUNTO: MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA
PROJECTO DE ARQUITECTURA
LOCAL: MAFRA

VERIFICAÇÃO: _____
APROVAÇÃO: _____

N.º DE ARQUIVO: _____
N.º PROCESSO: _____
DATA: NOVEMBRO 2013

DESIGNAÇÃO: PLANTA DO PISO 1

ESCALA: 1/100
FASE DO PROJECTO: PROJECTO BASE
DESENHO N.º: 02

Concordo e o proposto,
À consideração superior.
H. J. J.
2013/11/12

PARECER

Concordo.

À consideração superior, o possível agendamento para a reunião de Câmara.

2013/11/04

O Director DPAGF

(Paulo Dias Jorge)

Exmo. Sr. Director DPAGF

Face ao teor desta informação e documentos anexos, propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo para aceitar a doação em causa.

À consideração superior,

2013/11/04

A Chefe de Divisão

(Maria do Carmo Graça)

DESPACHO

12.11.13
O (A)
Arumig
Pompeu

INFORMAÇÃO Interno/2013/11127

Assunto: Terreno onde se encontra implantado o Pavilhão Polidesportivo da Encarnação - doação de Inocêncio dos Santos Julião.

A quando da construção do Pavilhão Polidesportivo da Encarnação, o Sr. Inocêncio dos Santos Julião, proprietário do prédio urbano com o artigo matricial 3384 e descrito na Conservatória do registo Predial de Mafra sob o n.º 1446/19941024 da Freguesia da Encarnação com a área de 3.776 m², doou a área de 1.354 m² do prédio atrás identificado, sendo a área de 1.242 m² para implantação do Pavilhão Polidesportivo da Encarnação e a área de 112 m² para o domínio público, situação que não se formalizou encontrando-se por regularizar.

Vem agora o Sr. Inocêncio dos Santos Julião solicitar certidão sobre a referida doação, registo com entrada n.º 23768/2013, para regularização dos registos prediais, considerando que, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal "aceitar doações (...) a benefício de inventário", proponho que o assunto seja objecto de deliberação da Câmara Municipal para posterior celebração de escritura de doação.

À consideração superior,

17. out. 2013

X 

Ana Isabel Martins
Técnica Superior

13.1.26/2013/11
Edoc/2013/38364

Entrada 23768/2013
2013.09.26
283

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal do
Concelho de Mafra

Edoc/2013/38364
Proc.: 10.4.23/2013/13
Inf. Interno/2013/1112

Inocência dos Santos Julião, residente em Rua do Alto da Mina nº 25, 2640-230 Encarnação, contribuinte nº 124 555 969, vem por este meio e na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz sob o artº 3384, solicitar a V.a Ex.a se digne mandar emitir uma certidão em como doe à Câmara Municipal a quantia de 1242,00 m2 onde está implantado o Pavilhão Municipal Desportivo da Encarnação e 112,00 m2 para o domínio público, retirados do referido artigo.

Serve esta para que seja possível retificar as áreas na Repartição de finanças e Conservatória do registo Predial, de Mafra.

Pede deferimento
Mafra, 26 de Setembro de 2013-09-26
O Requerente,

X Inocência dos Santos Julião

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Encarnação

ÁREA TOTAL: 3776 M2

ÁREA DESCOBERTA: 3776 M2

OMISSO NA MATRIZ

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Parcela de terreno.

Norte: Celestino Dias Sardinha;

Sul: Maria do Carmo Sommer de Andrade,

Nascente: caminho;

Poente: Inocêncio dos Santos Julião.

Resulta da anexação dos prédios n.ºs. 55.446 do B-149 e 01148/Encarnação.

Reprodução por extractação da descrição.

O(A) Escriturário(a) Superior

Ana Paula Magalhães Faustino Figueiredo Azevedo Alves Caetano

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 24 de 1992/09/17 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** INOCÊNCIO DOS SANTOS JULIÃO

Casado/a com MARIA ISABEL ALVES no regime de Comunhão geral

Localidade: Alto da Mina, Encarnação, Mafra

** MARIA ISABEL ALVES

Casado/a com INOCÊNCIO DOS SANTOS JULIÃO no regime de Comunhão geral

Localidade: Alto da Mina, Encarnação, Mafra

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** ROSA DAS NEVES CARTAXO SANTOS

Viúvo(a)

Morada: Rua Vieira Lusitano, 10, 1.º. Dt.º.

Localidade: Damaia, Amadora

N.ºs. 55.446, 55.447 e 01148.

Reprodução da inscrição G-1.

O(A) Escriturário(a) Superior

Ara Paula Magalhães Faustino Figueiredo Azevedo Alves Caetano

AP. 12 de 1993/01/19 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** INOCÊNCIO DOS SANTOS JULIÃO

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Casado/a com MARIA ISABEL ALVES no regime de Comunhão geral

Localidade: Alto da Mina, Encarnação, Mafra

**** MARIA ISABEL ALVES**

Casado/a com INOCÊNCIO DOS SANTOS JULIÃO no regime de Comunhão geral

Localidade: Alto da Mina, Encarnação, Mafra

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

**** MARIA DO CARMO PEREIRA DE SOMMER RIBEIRO ANDRADE**

Viúvo(a)

Localidade: Encarnação

Descrição n° 01148/Encarnação.

Reprodução por extratação da inscrição G-2.

O(A) Escriturário(a) Superior

Ana Paula Magalhães Faustino Figueiredo Azevedo Alves Caetano

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 11 - LISBOA **CONCELHO:** 09 - MAFRA **FREGUESIA:** 04 - ENCARNÇÃO

ARTIGO MATRICIAL: 3384 **NIP:**

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: - Lugar: Encarnção

Av./Rua/Praça: - Lugar: Encarnção **Código Postal:** 2640-201 ENCARNÇÃO

CONFRONTAÇÕES

Norte: Celestino Dias Sardinha e Filhos **Sul:** Maria do Carmo Sommer de Andrade **Nascente:** Inocência dos Santos Julião **Poente:** Celestino Dias Sardinha e Filhos

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Terreno para Construção

Descrição: Parcela de terreno para construção.

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 3.776,0000 m² **Área de implantação do edifício:** 400,0000 m² **Área bruta de construção:** 800,0000 m² **Área bruta dependente:** 160,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 1999 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €128.610,00 **Determinado no ano:** 2012

Percentagem para cálculo da área de implantação: 25,00 % **Tipo de coeficiente de localização:** Habitação

Coordenada X: 92.909,00 **Coordenada Y:** 231.032,00

$\frac{VI^*}{128.610,00}$	=	$\frac{Vc}{603,00}$	x	$\frac{A}{177,7300}$	x	$\frac{Cl}{1,20}$	x	$\frac{Ca}{1,00}$	x	$\frac{Cq}{1,000}$
---------------------------	---	---------------------	---	----------------------	---	-------------------	---	-------------------	---	--------------------

VI = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de velustez, sendo $A = (Aa + Ab) \times Caj \times \% + Ac + Ad$, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, $(Aa + Ab) \times Caj = 100 \times 1,0 + 0,90 \times (160 - 100) + 0,85 \times (220 - 160) + 0,80 \times (Aa + Ab - 220,0000)$.

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

Mod1 do IMI nº: 5887991 **Entregue em:** 2013/01/03 **Ficha de avaliação nº:** 8737771 **Avaliada em:**

2013/01/24

TITULARES

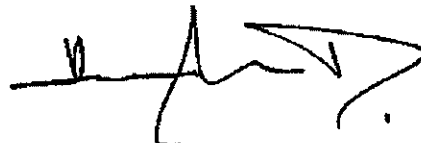
Identificação fiscal: 124555969 **Nome:** INOCENCIO DOS SANTOS JULIÃO

Morada: R DO ALTO DA MINA Nº 25 E 5, ENCARNÇÃO, 2640-230 ENCARNCAO

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** DESCONHECIDO

Obtido via Internet em 2013-10-17

O Chefe de Finanças

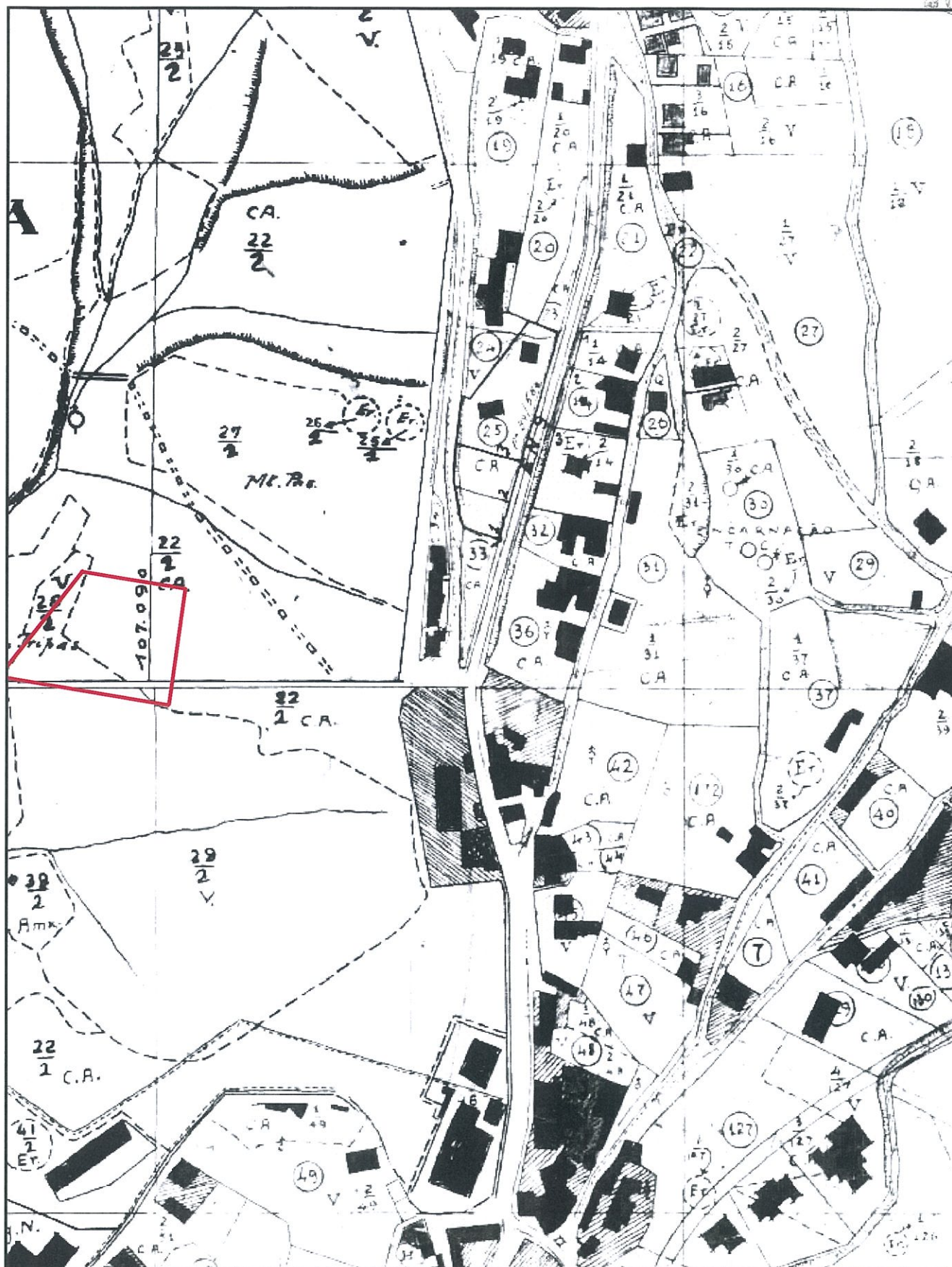


(Humberto Pereira Martins)



Escala: 1:2.500

Planta de Localização disponibilizada através do Site GeoMafra



Câmara Municipal de Mafra

Planta de Localização - Extracto do Cadastro Rústico

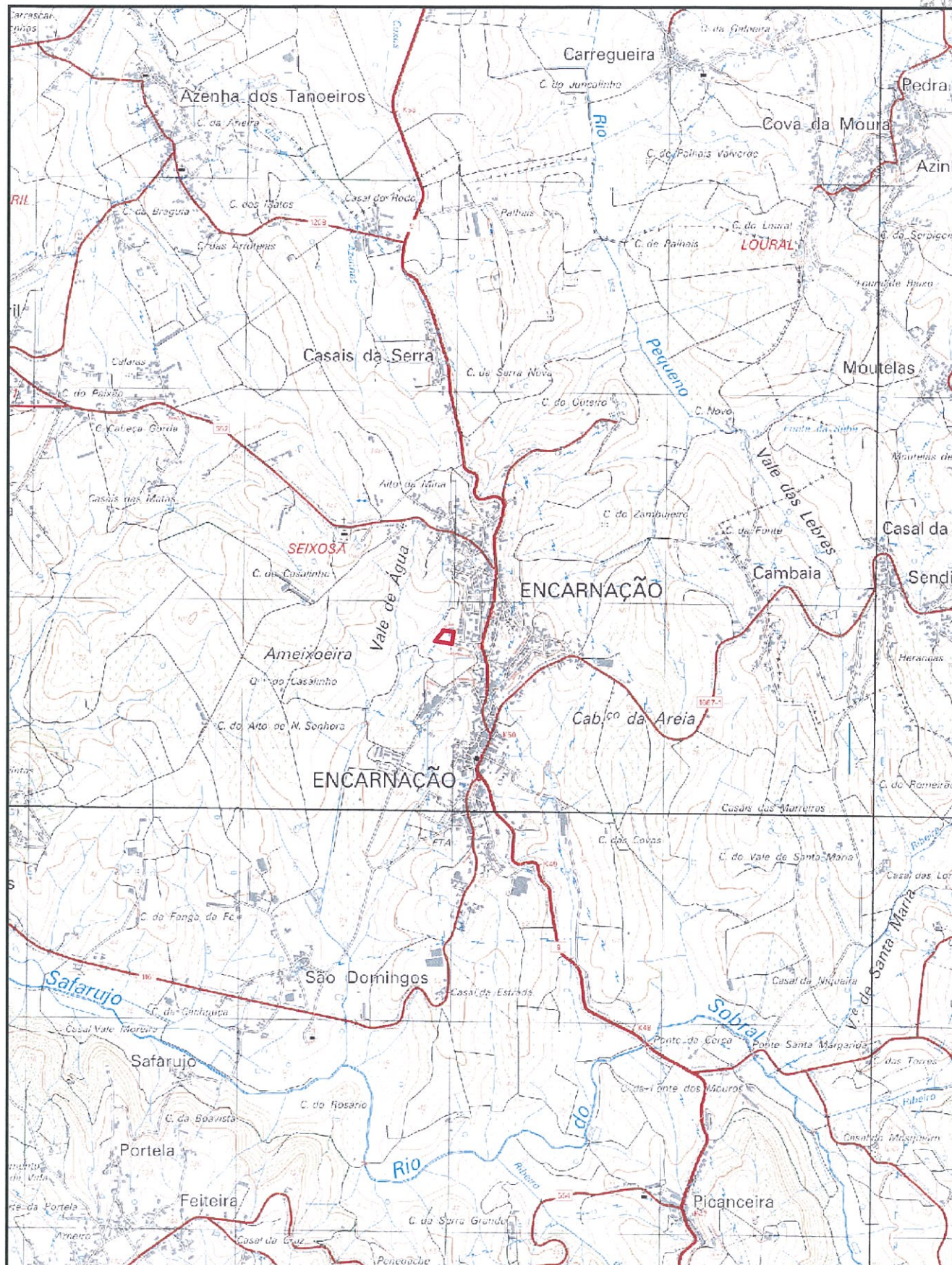


Local: ENCARNÇÃO
Freguesia: Encarnação

Secção: H
Prédio: 22

Data: 22-10-2013
Escala: 1:2.500

Planta de Localização disponibilizada através do Site GeoMafra



Câmara Municipal de Mafra

Planta de Localização - Extracto da Cartografia Militar - Edição 2009

Proveniente do IGeoE



Local: ENCARNÇÃO
Freguesia: Encarnação

Secção: H
Prédio: 22

Data: 22-10-2013
Escala: 1:25.000

Planta de Localização disponibilizada através do Site GeoMafra



Câmara Municipal de Mafra

Extracto do Ortofotomapa

Cobertura Fotográfica - 2010



Local: ENCARNÇÃO

Freguesia: Encarnção

Secção: H

Prédio: 22

Data: 22-10-2013

Escala: 1:2.500

Planta de Localização disponibilizada através do Site GeoMafra

PARECER

concordo.

À consideração superior o
possível agendamento para
reunião de Câmara.

2013..11.../12...
O Chefe da Divisão Administrativa
(António Custódio Pereira, Lda)

O Director de Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeira

(Paulo Dias Jorge)

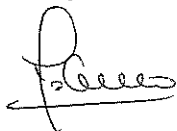
DESPACHO

1
A reunião

concordo

Propõe-se que o assunto
seja submetido ao órgão
executivo
2013./11.../12...

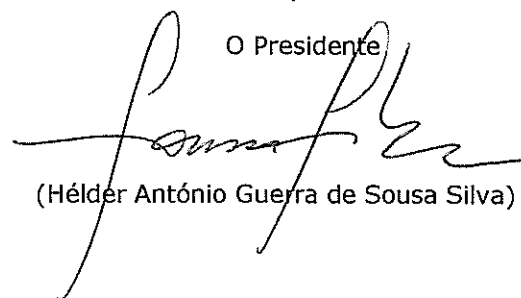
A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e
Contratação Pública



(Maria do Carmo Graça)

12.11.13.

O Presidente


(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/12172

Assunto: Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, para o Edifício dos Paços do Município, PDM Eng.º Ministro dos Santos, em Mafra, Parque de Santa Marta, na Ericeira e Parque e Oficinas, na Abrunheira, pelo prazo de 1 ano - Autorização Prévia

Considerando o aproximar do término do contrato para a "Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, para o Edifício dos Paços do Município de Mafra, Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos, em Mafra, Parque de Santa Marta, na

Ericeira e Parque e Oficinas, na Abrunheira, pelo prazo de 1 ano” resultante de procedimento por Ajuste Direto, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos na sequência de Concurso Público cuja totalidade das propostas foi excluída, que ocorrerá a 22 de Janeiro de 2014.

Atento as informações expressas na distribuição EDOC/2013/43671, onde se encontra demonstrado pelas diversas áreas funcionais a necessidade de proceder à continuidade de prestação dos serviços em apreço.

Tendo em conta que o preço contratual do contrato, ainda em curso, remete para a necessidade de realização de procedimento por Concurso Público, que garanta subsequentemente a outorga de novo contrato pelo prazo de um ano. Sendo que, face aos trâmites associados a esse tipo de procedimento verifica-se a contingência do referido procedimento ser despoletado ainda em 2013 no sentido de garantir a atempada outorga de contrato.

Ora, face ao exposto no art.º 22.º do DL 197/99 de 8 de Junho de 1999, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redacção, que condiciona a abertura de procedimento à obtenção de autorização prévia por parte do Órgão Deliberativo, no caso de despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização.

Ainda, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de Junho (estabelece o regime aplicável à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), que determina que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Pelo que se propõe a submissão da presente informação a possível deliberação do executivo municipal tendo em vista a posterior autorização prévia, do órgão deliberativo, da despesa em apreço:

Designação	Prazo Contratual	Valor estimado Total (com IVA)	Valor Estimado por Ano	
			2014	2015
Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, para o Edifício dos Paços do Município de Mafra, Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos, em Mafra, Parque de Santa Marta, na Ericeira e Parque e Oficinas, na Abrunheira, pelo prazo de 1 ano	1 Ano: Janeiro de 2014 a Janeiro 2015	€137.000	€125.600	€11.400

À consideração superior.

Paços do Município, 11 de Novembro de 2013.



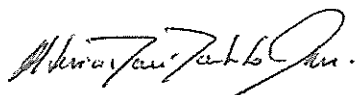
O Técnico Superior
Vasco Mota

PARECER

*Concordo com o proposto. A reunião
do Enm. Sr. Presidente.*

12.../11.../2013

A Vereadora da Câmara Municipal



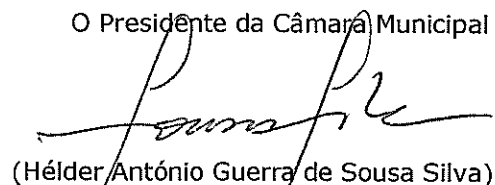
(Aldevina Maria Machado Rodrigues)

DESPACHO

A Reunião

12.../11.../13

O Presidente da Câmara Municipal



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/12042

Assunto: Designação do Representante da Autarquia nas reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI)

Exma. Senhora Vereadora

Aldevina Rodrigues,

Este Núcleo foi criado no âmbito do Rendimento Social de Inserção, e segundo o artigo 22.º da Portaria n.º 257/2012 de 27 de Agosto a sua composição integra "*representantes dos organismos públicos, responsáveis na respectiva área de actuação pelos sectores da segurança social, do emprego e formação profissional, da educação, da saúde e das autarquias locais.*"

O Rendimento Social de Inserção (RSI) constitui um mecanismo de combate à pobreza, tem como principal objectivo assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e paralelamente, favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social.

Para o desenvolvimento e concretização de um projecto de vida, os agregados familiares beneficiários de RSI terão acesso a uma prestação, de carácter transitório e a um contrato de inserção. Após a celebração do contrato

de inserção, o mesmo é aprovado pelos parceiros, segundo o artigo 18.º da mesma portaria.

Os profissionais que constituem os NLI, participam ainda, na análise do diagnóstico social realizado sobre os problemas que afectam as famílias beneficiárias do RSI, e tentam compatibilizar o mais adequadamente possível, os recursos existentes na comunidade com as necessidades das famílias.

Relativamente às atribuições da Autarquia nesta estrutura, sublinhamos a inscrição de beneficiários para Habitação Social; a análise de pedidos de pequenas reparações nas habitações dos beneficiários; informações sobre o mercado de arrendamento social e apoio de algumas famílias com bens alimentares e/ou outros relacionados com o Projecto "Enfrente".

Mais informamos que ao longo dos anos, a Autarquia tem integrado esta rede, disponibilizando um Técnico dos Serviços de Acção Social, para comparecer nas reuniões semanais, num total de, aproximadamente, 16h mensais. Nestes termos e conforme indicação de V. Exa, a representante da Autarquia nas Reuniões de NLI continuará a ser a Técnica Superior Tânia Silva.

À Consideração Superior.

Mafra, 7 de Novembro de 2013.

A Directora do Departamento Sociocultural,



(Paula Cordas, Dra.)



FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DAS ENTIDADES PARCEIRAS

Núcleo Local de Inserção de Mafra

Distrito de Lisboa

IDENTIFICAÇÃO

Identificação da Entidade – Câmara Municipal de Mafra

Localidade Mafra

Telefone 261810100

E-mail geral@cm-mafra.pt

Fax 261810130

REPRESENTANTE DESIGNADO PARA O NLI

Nome: Tânia Alexandra Duarte da Silva

Morada: Largo Coronel Brito Gorjão, N.º 4, 2640-492 Mafra

Localidade Mafra

Telefone 261818340

Telemóvel 932031045

E-mail dsc.accaosocial@cm-mafra.pt

Fax 261818349

FUNÇÕES ESPECÍFICAS DA ENTIDADE PARCEIRA

Actividades - Acções de Promoção da Autarquia

Acompanhamento e Orientação para as respostas ao nível da Habitação e/ou qualificação do Alojamento	Inscrição de beneficiários para Habitação Social
	Análise de pedidos de realização de pequenas reparações nas habitações de beneficiários de RSI
	Informações sobre o mercado social de arrendamento
Outras. Quais?	Apoio ao nível de mobiliário, têxteis e outros bens, no âmbito do projecto "Enfrente"

Tempo de Afectação para as Actividades do NLI

Actividades	Periodicidade ¹		N.º de Horas ²	
Reuniões de NLI	Semanal		16h00	

¹ Periodicidade - Deverá indicar a regularidade da realização das respectivas actividades. Ex: Diariamente, Semanalmente, Quinzenalmente, Mensalmente, etc.

² N.º de Horas - Deverá indicar o tempo estabelecido para a realização de cada actividade em n.º de horas por mês.

FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES ESPECIFICAS DAS ENTIDADES PARCEIRAS

O presente documento foi visado pelo responsável da entidade parceira em ____/____/____ e confere, ao elemento representante no NLI, a autonomia necessária para a prossecução das atribuições / funções específicas da entidade parceira.

O Responsável da Entidade Parceira

Data: de de 201.....

O Representante da Entidade Parceira no NLI

Data: de de 201.....

O Coordenador de NLI

Data: de de 201.....

Nota: Todas as páginas do Regulamento devem ser rubricadas pelos subscritores

PARECER

*Concordo com o proposto. A
consideração do Exmo. Sr. Presidente.*

..12..11....13

A Vereadora da Câmara Municipal

Aldevina Maria Machado Rodrigues

(Aldevina Maria Machado Rodrigues)

DESPACHO

A reunião

..12..11....13

O Presidente da Câmara Municipal

Helder António Guerra de Sousa Silva

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/12071

Assunto: Designação do representante da Autarquia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

Exma. Senhora Vereadora

Aldevina Maria Machado Rodrigues,

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir, ou pôr termo, a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mafra foi criada a 12 de Dezembro de 2001 e tem concretizado a sua acção, ao longo destes anos, através de uma equipa de parceiros que tem desenvolvido, com empenho, motivação e dedicação, um excelente trabalho com as crianças e jovens em perigo e respectivas famílias, na promoção dos seus direitos e respectiva protecção, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

De harmonia com a alínea a), do artigo 17.º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), na sua redacção actual, a composição da comissão alargada de protecção de crianças e jovens é composta, entre outros elementos, por "um representante do Município, a indicar pela Câmara Municipal, ou das

freguesias, a indicar por estas, no caso previsto no n.º 2 do artigo 15.º, de entre pessoas com especial interesse ou aptidão na área das crianças e jovens em perigo”.

Ainda nos termos do n.º 2, do artigo 20.º, do mesmo diploma, o representante do Município, por inerência é, também, representante na comissão restrita.

Nessa conformidade e conforme indicações de V. Ex.^a, proponho da nomeação de Vanda Patrícia Samarro Brás, como representante do Município, na Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra.

À Consideração Superior.

Mafra, 8 de Novembro de 2013.

A Directora do Departamento Sociocultural,



(Paula Cordas, Dra.)

PARECER

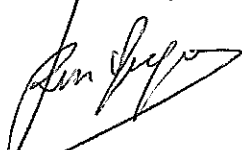
DESPACHO

Ext: V. Presidente
No âmbito do art. 78.º da Norma de
Controlo Interno, submete a V.E. o eventual
apudamento para a criação de câmara
..2013..11..12.. do fundo de caixa.

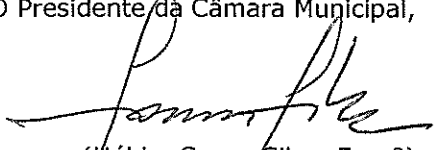
A reunião

12/11/13

O Director de Departamento


(Rui Duque)

O Presidente da Câmara Municipal,


(Hélder Sousa Silva, Eng.º)

INFORMAÇÃO/2013/12225

Assunto: Constituição do Fundo de Caixa – Posto de Cobrança - Edifício Municipal
de Protecção Civil


Exmo. Senhor Director de Departamento

Considerando a necessidade de criar um fundo de caixa, possibilitando aos utentes efectuar o pagamento dos respectivos valores (Autos de Contraordenação e Taxas de veículos abandonados), evitando assim a obrigatoriedade da deslocação ao edifício dos Paços do Concelho.

Solicita-se autorização para a criação de fundo de caixa no posto de atendimento do edifício Municipal de Protecção Civil, a fim de facilitar os trocos aquando dos respectivos pagamentos, com a quantia de 25,00€.

Atendendo ao exposto, anexa-se, para os devidos efeitos, uma declaração, a qual deverá se assinada pelo respectivo interveniente.

À consideração de V. Exa.

 Assinatura inválida

X 

Inês Inácio



Departamento Sociocultural
Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos efeitos, que de acordo com a deliberação de Câmara de _____ de _____ de _____, foi efetuada a entrega ao responsável pelo posto de cobrança do Município, o valor em numerário referido no quadro infra:

Descrição	Quantia	Nome do Responsável e Cartão de Cidadão	Assinatura dos responsáveis dos Postos de Cobrança
Edifício Municipal de Protecção Civil	25,00€	Elsa Faustino 06277602 9zz5	

Mafra , _____ de _____ de _____

O Assistente Técnico,

Francisco Martins

(Responsável pela Tesouraria)